



UNIVERSIDADE POLITÉCNICA

A POLITÉCNICA

Instituto Superior de Gestão, Ciências e Tecnologias

Licenciatura em Gestão Financeira e Bancária

EDILSON DE JESUS MANHIÇA

**ANÁLISE DA EFICÁCIA DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO FINANCEIRA EM
MOÇAMBIQUE NO PERÍODO PÓS-COVID (2021-2023)**

Maputo, Dezembro de 2024

EDILSON DE JESUS MANHIÇA

**ANÁLISE DA EFICÁCIA DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO FINANCEIRA EM
MOÇAMBIQUE NO PERÍODO PÓS-COVID (2021-2023)**

Monografia apresentada ao Instituto Superior de Gestão, Ciências e Tecnologias (ISGCT), como requisito para a obtenção do grau de Licenciatura em Gestão Financeira e Bancária.

Orientador: Mestre Paulino Marote

Maputo, Dezembro de 2024

EDILSON DE JESUS MANHIÇA

**ANÁLISE DA EFICÁCIA DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO FINANCEIRA EM
MOÇAMBIQUE NO PERÍODO PÓS-COVID (2021-2023)**

Monografia

Monografia apresentada ao Instituto Superior de Gestão, Ciências e Tecnologias (ISGCT), como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Gestão Financeira e Bancária.

Aprovada em: ____/____/____

Membros de Júri:

Presidente:

Arguente:

Orientador:

Maputo, Dezembro de 2024

PARECER TÉCNICO DO SUPERVISOR

Eu Paulino Juliase Marote, declaro que o trabalho do candidato **Edilson de Jesus Manhiça** do curso de Licenciatura em Gestão Financeira e Bancária cujo título é "Análise da Eficácia das Políticas de Inclusão Financeira em Moçambique no período pós-COVID (2021-2023)", foi escrito segundo as normas científicas previstas para elaboração de monografias e encontra-se em condições de ser submetido como pré-requisito para a defesa do grau de Licenciatura no Instituto Superior de Gestão Ciências e tecnologias.

Maputo, Dezembro de 2024

(Paulino Juliase Marote, Msc)

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, **Edilson De Jesus Manhiça**, declaro sob minha honra que esta monografia é fruto do meu trabalho de investigação original e nunca foi apresentada anteriormente para obtenção de qualquer grau acadêmico. As fontes utilizadas estão devidamente citadas no texto e na bibliografia.

Maputo, Dezembro de 2024

(Edilson De Jesus Manhiça)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à memória dos meus queridos pais, que foram a base da minha essência e existência. Eles me ensinaram que apenas a perseverança e a persistência no trabalho podem realizar meus ideais.

Aos demais membros da minha família, que sempre foram meu suporte e parte integral da minha felicidade, deixo minha eterna gratidão.

.

AGRADECIMENTOS

Cabe-me, em primeiro lugar, agradecer a Deus por me conceder a dádiva da vida e saúde em abundância.

Ao meu orientador Mestre Paulino Marote pela paciência e disponibilidade de tempo que teve ao orientar a minha monografia, pelas suas sábias observações e correções, pelo ensinamento e contribuição na realização deste trabalho.

Aos membros da minha família, que sempre me apoiaram nos momentos altos e baixos foram sempre compreensivos em todas as situações ocorridas ao longo do período da formação, tentando sempre ajudar em meio as dificuldades, premiando com soluções, dando incansavelmente uma enorme força.

O meu agradecimento estende-se aos meus amigos, estudantes e companheiros de todos os momentos, apesar de ser difícil enumerar ou listar em poucas linhas, estes estão inevitavelmente ligados ao meu sucesso no meio acadêmico, a multidão de palavras não podem expressar o bem precioso que representam na minha vida.

PENSAMENTO

"Conhecer o dever é a parte mais difícil, cumpri-lo é secundário. Nada melhor caracteriza o ser humano do que sua capacidade de pensar".

(Aristóteles)

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar a eficácia das políticas de inclusão financeira implementadas em Moçambique no período pós-COVID (2021-2023). A inclusão financeira é essencial para o desenvolvimento económico e social, permitindo que indivíduos e empresas acessem serviços financeiros adequados às suas necessidades. O trabalho adota uma abordagem quantitativa e descritiva, com base em dados secundários provenientes de fontes como o Banco de Moçambique, o Banco Mundial e outras instituições financeiras. A pesquisa foca em indicadores-chave, como a evolução do número de contas bancárias, a expansão da rede de agentes bancários, o uso de serviços financeiros digitais, o acesso ao crédito e a educação financeira, analisando as disparidades entre as áreas urbanas e rurais. Os resultados indicam um crescimento significativo na adoção de serviços financeiros digitais, especialmente nas áreas urbanas, enquanto as regiões rurais enfrentam desafios contínuos, como a falta de infraestrutura e a baixa alfabetização financeira. A pesquisa conclui que, embora as políticas implementadas tenham gerado avanços, a inclusão financeira nas áreas rurais ainda exige estratégias mais específicas e investimentos em infraestrutura e educação financeira para alcançar uma maior equidade.

Palavras-chave: Inclusão Financeira, Políticas Públicas, Eficácia.

SUMMARY

This study aims to analyze the efficacy of financial inclusion policies implemented in Mozambique in the post-COVID period (2021-2023). Financial inclusion is essential for economic and social development, allowing individuals and companies to access financial services tailored to their needs. The work adopts a quantitative and descriptive approach, based on secondary data from sources such as the Bank of Mozambique, the World Bank and other financial institutions. The research focuses on key indicators such as the evolution of the number of bank accounts, the expansion of the network of banking agents, the use of digital financial services, access to credit and financial education, analyzing disparities between urban and rural areas. The results indicate significant growth in the adoption of digital financial services, especially in urban areas, while rural regions face ongoing challenges such as lack of infrastructure and low financial literacy. The research concludes that although the policies implemented have generated progress, financial inclusion in rural areas still requires more specific strategies and investments in infrastructure and financial education to achieve greater equity.

KEYWORDS: Financial Inclusion, Public Policies, Efficacy.

LISTA DE ABREVIATURAS

PMEs - Pequenas e Médias Empresas

IME - Instituição de Moeda Eletrónica

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

COVID - Doença do Coronavírus

KM² - Kilómetros Quadrados

PCRs - Parcedas Contempladas de Recebíveis

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PWC - PricewaterhouseCoopers

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

SIBS - Sistema de Informação Bancária e Seguros

MT - Metical

PIB - Produto Interno Bruto

IEIF - Indicadores Estatísticos de Inclusão Financeira

TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação

BM - Banco de Moçambique

INE - Instituto Nacional de Estatísticas

ISSM - Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique

BAD - Banco Africano de Desenvolvimento

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População Adulta por Região.....	22
Tabela 2 - Indicadores de Acesso Geográfico.....	42
Tabela 3 - Indicadores de Acesso Demográfico.....	43
Tabela 4 - Indicadores de Uso.....	44
Tabela 5 - Dados Da Banca Electrónica.....	45
Tabela 6 - Evolução de Contas Bancárias.....	45

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução de Contas Bancárias por Região (2021-2023).....	22
Gráfico 2 - Agentes Bancários (por 10,000 km2), 2021-2023.....	24
Gráfico 3 - Contas IME em % da População Adulta (2021-2023).....	26
Gráfico 4 – Agentes de IME (por 100 mil adultos).....	28
Gráfico 5 - Acesso ao Crédito por PMEs (2021-2023).....	29
Gráfico 6 - Taxa de participação em programas de educação financeira digital e a adoção de tecnologias em % da População Adulta.....	30

SUMÁRIO

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO	1
1.1. Contextualização.....	1
1.2. Problema	2
1.3. Hipótese de Pesquisa	3
1.4. Objetivos do Estudo.....	3
1.5. Limitações.....	4
1.6. Justificativa	5
1.7. Organização do Trabalho.....	5
CAPÍTULO II: REVISÃO DA LITERATURA.....	7
2.1. Conceito de Inclusão Financeira.....	7
2.1.1. Importância da Inclusão Financeira para o Desenvolvimento Económico	7
2.1.2. Desafios da Inclusão Financeira em Economias em Desenvolvimento.....	8
2.2. Políticas de Inclusão Financeira em Moçambique no Período Pós-COVID	9
2.2.1. Impacto da Pandemia de COVID-19 na Inclusão Financeira	11
2.2.2. Acesso ao Crédito e Inclusão Financeira	13
2.2.3. Uso de Serviços Financeiros Digitais.....	13
2.2.4. Impactos Socioeconómicos da Inclusão Financeira.....	14
2.2.5. Desafios e Oportunidades.....	14
2.3. Tecnologias Digitais como Ferramenta de Inclusão Financeira.....	15
2.3.1. Pagamentos Móveis e Transferências Digitais.....	15
2.3.2. Bancos Digitais e Fintechs	16
2.3.3. Educação Financeira Digital	16
2.3.4. Desafios e Perspectivas Futuras	16
CAPÍTULO III: METODOLOGIA	18

3.1. Tipo de Pesquisa	18
3.2. Abordagem Metodológica	18
3.3. População e Amostra	18
3.4. Procedimentos de Coleta e Análise de Dados.....	19
3.5. Considerações Éticas	20
CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	21
4.1. Análise Descritiva: Período 2021-2023	21
4.1.1. Evolução de Contas Bancárias por Região	21
4.1.2. Expansão da Rede de Agentes Bancários por Região.....	23
4.1.3. Uso de Serviços Financeiros Digitais por Região	25
4.1.4. Acesso ao Crédito por PMEs	28
4.1.5. Educação Financeira e Adoção de Tecnologia	30
4.2. Discussão de Resultados.....	32
CAPITULO V: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	34
5.1. Conclusões	34
5.2. Recomendações	36
VI. BIBLIOGRAFIA.....	38
ANEXO.....	41

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização

A inclusão financeira é considerada um fator essencial para o desenvolvimento económico sustentável, especialmente em países em desenvolvimento como Moçambique. A inclusão financeira refere-se ao processo de garantir que indivíduos e empresas tenham acesso a produtos e serviços financeiros úteis e acessíveis que atendam às suas necessidades, como transações, pagamentos, poupanças, crédito e seguros (Banco Mundial, 2018). Este processo é particularmente importante em contextos onde uma grande parte da população está excluída do sistema financeiro formal.

A pandemia de COVID-19 trouxe desafios significativos para a economia global, e Moçambique não foi uma exceção. A crise sanitária global causou uma desaceleração económica substancial, afetando setores chave como o comércio, a agricultura e os serviços (Banco de Moçambique, 2021). Como resultado, a vulnerabilidade das populações mais pobres aumentou, reforçando a necessidade e políticas públicas eficazes que promovam a inclusão financeira.

Durante a pandemia, muitas famílias e pequenas empresas em Moçambique enfrentaram dificuldades económicas graves, como a perda de renda e o acesso limitado a recursos financeiros. A resposta a essas dificuldades incluiu a implementação de várias políticas de inclusão financeira por parte do governo moçambicano e de instituições financeiras, com o objetivo de mitigar os efeitos económicos adversos da pandemia e promover a resiliência económica.

Moçambique tem enfrentado desafios históricos em termos de inclusão financeira. Antes da pandemia, uma parte significativa da população permanecia sem acesso a serviços bancários formais, especialmente nas áreas rurais. Fatores como a falta de infraestruturas adequadas, baixos níveis de educação financeira e a dependência de economias informais contribuíram para essa exclusão (Banco de Moçambique, 2021). Com a pandemia, esses desafios foram intensificados, mas também trouxeram uma oportunidade para acelerar as reformas e promover a digitalização dos serviços financeiros. A inclusão financeira digital emergiu como uma

solução potencial para superar as barreiras tradicionais e expandir o acesso a serviços financeiros.

No período pós-COVID, o governo de Moçambique, em colaboração com o setor privado e organizações internacionais, implementou uma série de políticas para melhorar a inclusão financeira (República de Moçambique, 2021). Essas políticas incluem a expansão do uso de carteiras eletrônicas e serviços bancários móveis para facilitar transações e o acesso ao crédito, especialmente em áreas remotas; a simplificação das regulamentações para promover a criação de contas bancárias e o acesso a serviços financeiros formais; campanhas para melhorar o nível de conhecimento da população sobre a importância da inclusão financeira e como utilizar os serviços disponíveis. Estas iniciativas visam não apenas aumentar o acesso aos serviços financeiros, mas também garantir que esses serviços sejam utilizados de maneira eficiente e sustentável, contribuindo para o crescimento económico inclusivo de Moçambique.

Analisar a eficácia dessas políticas é crucial para entender até que ponto elas têm sido bem-sucedidas em alcançar as populações mais vulneráveis e em promover uma recuperação económica sustentável no país. Este estudo se propõe a avaliar se as políticas implementadas após a pandemia foram capazes de superar os desafios históricos de inclusão financeira em Moçambique e quais lições podem ser aprendidas para futuras iniciativas.

1.2. Problema

A inclusão financeira é amplamente reconhecida como um pilar fundamental para o desenvolvimento económico e social, proporcionando às pessoas acesso a serviços financeiros essenciais, como poupança, crédito, seguros e pagamentos. Em Moçambique, a exclusão financeira tem sido um obstáculo persistente para o crescimento económico inclusivo, afetando particularmente as populações mais vulneráveis, como as que vivem em áreas rurais e de baixa renda (PNUD, 2022).

A pandemia de COVID-19 intensificou esses desafios, aumentando a pressão sobre os sistemas financeiros e acentuando as desigualdades existentes. Em resposta, o governo de Moçambique, juntamente com instituições financeiras e parceiros internacionais, implementou uma série de políticas e iniciativas para promover a inclusão financeira durante o período pós-pandemia (PNUD, 2022). No entanto, a eficácia dessas políticas ainda não foi plenamente avaliada,

levantando questões sobre sua capacidade de alcançar os objetivos pretendidos. Diante desse contexto, o problema de pesquisa central que este estudo busca investigar pode ser formulado da seguinte forma:

Qual é a eficácia das políticas de inclusão financeira implementadas em Moçambique no período pós-COVID (2021-2023) em termos de melhorar o acesso aos serviços financeiros, especialmente entre as populações mais vulneráveis?

1.3. Hipótese de Pesquisa

Em termos gerais, a hipótese consiste em supor conhecida a verdade ou explicação que se busca, ela equivale habitualmente à suposição verosímil, depois comprovável pelos factos, cujos vão decidir, em última instância, sobre a verdade ou falsidade dos factos que se pretende explicar (Cervo et all, 2007).

Assim sendo, a hipótese de pesquisa em apreço é formulada nos termos seguintes:

- **H1:** As políticas de inclusão financeira implementadas no período pós-COVID (2021-2023) em Moçambique foram parcialmente eficazes, com melhorias no acesso aos serviços financeiros em áreas urbanas, mas com impactos limitados em áreas rurais devido a desafios de infraestrutura e acesso à tecnologia.
- **H2:** As iniciativas de inclusão financeira tiveram impacto desigual, com as populações urbanas beneficiando-se mais do que as populações rurais, devido a uma maior disponibilidade de serviços financeiros e uma melhor infraestrutura digital nas cidades.
- **H3:** Embora tenha havido um aumento no uso de serviços financeiros digitais, como pagamentos móveis, esse crescimento foi limitado por fatores como baixa alfabetização digital e desconfiança em relação à tecnologia em algumas regiões, especialmente nas áreas rurais.

1.4. Objetivos do Estudo

Sendo o processo da inclusão financeira um pilar crucial para o desenvolvimento socioeconómico de Moçambique, conforme destacado pelo Banco de Moçambique (2022), “a expansão do acesso a serviços financeiros modernos é vital para mitigar os choques económicos e promover um crescimento mais equitativo no país”. Nesse contexto, este estudo tem como:

- **Objetivo Geral**

Avaliar a eficácia das políticas de inclusão financeira implementadas em Moçambique no período pós-COVID (2021-2023), considerando os impactos tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais, e identificando os principais desafios e avanços resultantes dessas políticas.

- **Objetivos Específicos:**

1. Analisar o acesso aos serviços financeiros nas áreas urbanas e rurais de Moçambique no período pós-COVID.
2. Identificar os principais desafios enfrentados na implementação das políticas de inclusão financeira.
3. Analisar os efeitos das políticas de inclusão financeira na resiliência económica das populações mais vulneráveis.

1.5. Limitações

Toda pesquisa enfrenta desafios e restrições que podem influenciar os resultados e a interpretação dos dados. No contexto deste estudo, que avalia a eficácia das políticas de inclusão financeira em Moçambique no período pós-COVID (2021-2023), uma das principais limitações é a disponibilidade e a qualidade dos dados sobre inclusão financeira em Moçambique. Dados atualizados e abrangentes sobre o impacto das políticas pós-COVID podem ser limitados ou difíceis de acessar, especialmente em áreas rurais. Além disso, a confiabilidade dos dados disponíveis pode ser questionada, uma vez que a coleta de informações em regiões remotas enfrenta desafios logísticos e técnicos. Moçambique é um país com grandes disparidades regionais, tanto em termos de desenvolvimento económico quanto de infraestrutura. A análise pode ser limitada pela dificuldade de obter dados representativos de todas as regiões, especialmente das áreas rurais mais isoladas, onde a inclusão financeira ainda é limitada.

As políticas de inclusão financeira implementadas durante o período pós-COVID são diversas e envolvem múltiplos atores, incluindo o governo, instituições financeiras e organizações internacionais (Muanamoha & Bique, 2021). A complexidade dessas políticas pode dificultar a avaliação de sua eficácia de maneira isolada, uma vez que os efeitos de diferentes iniciativas podem se sobrepor ou ser influenciados por fatores externos.

Para contornar essa limitação, o estudo vai se basear de uma combinação de fontes de dados, incluindo relatórios de organizações internacionais e estudos de caso existentes. Além disso, o uso de métodos estatísticos para tratar dados incompletos ou inconsistentes pode ajudar a melhorar a confiabilidade das análises.

1.6. Justificativa

A justificativa deste estudo está ancorada na importância crítica da inclusão financeira como um motor para o desenvolvimento económico e social, especialmente em contextos de vulnerabilidade como o de Moçambique. A pandemia de COVID-19 trouxe desafios sem precedentes, mas também oportunidades para a transformação dos sistemas financeiros e a promoção de uma inclusão mais ampla e equitativa.

A inclusão financeira é reconhecida globalmente como uma condição essencial para reduzir a pobreza e promover o crescimento económico sustentável (BAD, 2022). Em Moçambique, um país com altas taxas de exclusão financeira, principalmente em áreas rurais, a avaliação das políticas implementadas no período pós-COVID é crucial para compreender seu impacto na melhoria do acesso a serviços financeiros. Este estudo é relevante não apenas para identificar os sucessos e limitações dessas políticas, mas também para contribuir com recomendações que possam orientar futuras intervenções, beneficiando diretamente as populações mais vulneráveis.

Para o desenvolvimento académico, este estudo representa uma oportunidade de aplicar conhecimentos teóricos em um contexto prático e atual. Além disso, o trabalho contribuirá para o debate académico sobre a eficácia das políticas de inclusão financeira em economias emergentes, proporcionando uma base para futuras pesquisas e intervenções.

1.7. Organização do Trabalho

O trabalho é constituído pelos seguintes capítulos:

1. **Introdução:** Apresenta a contextualização do estudo, a formulação do problema de pesquisa, as hipóteses, os objetivos, as limitações do estudo e a justificativa da pesquisa. Além disso, descreve a estrutura do trabalho e os principais pontos que são abordados em cada capítulo.

2. **Revisão da literatura:** Analisa o conceito de inclusão financeira, sua importância para o desenvolvimento económico, os desafios enfrentados, as políticas implementadas em Moçambique no período pós-COVID. Além disso, analisa o impacto da pandemia de COVID-19 na inclusão financeira, o uso de serviços financeiros digitais, e a relação entre educação financeira e o desenvolvimento de tecnologias como ferramenta de inclusão financeira.
3. **Metodologia de pesquisa:** Descreve o tipo de pesquisa adotada, a abordagem metodológica, a população e a amostra, os procedimentos de coleta e análise de dados, bem como as considerações éticas envolvidas no estudo. Este capítulo detalha as ferramentas e métodos usados para alcançar os objetivos da pesquisa, com ênfase nas estatísticas descritivas e nos indicadores de inclusão financeira.
4. **Apresentação e Discussão de Resultados:** Apresenta os resultados obtidos a partir da coleta de dados, utilizando os indicadores de inclusão financeira definidos na metodologia, como a evolução de contas bancárias, expansão da rede de agentes bancários, uso de serviços financeiros digitais, acesso ao crédito, e participação em programas de educação financeira. A discussão aborda as implicações desses resultados e os desafios encontrados, com ênfase nas diferenças regionais entre áreas urbanas e rurais..
5. **Conclusões e recomendações:** Fornece uma síntese dos principais resultados encontrados, respondendo às questões de pesquisa e às hipóteses formuladas. Além disso, são apresentadas as conclusões do estudo, seguidas de recomendações para aprimorar as políticas de inclusão financeira em Moçambique, com foco em estratégias mais eficazes para as áreas rurais e populações mais vulneráveis.

CAPÍTULO II: REVISÃO DA LITERATURA

Este capítulo estabelece as bases teóricas e empíricas para a compreensão da inclusão financeira no contexto de Moçambique. Serão abordados os conceitos-chave, as principais teorias relevantes sobre políticas de inclusão, bem como as evidências de seus impactos em contextos urbanos e rurais, com particular atenção à resiliência económica pós-pandemia. A análise da literatura existente permitirá uma compreensão aprofundada das dinâmicas da inclusão financeira e servirá de base sólida para a interpretação dos resultados do presente estudo em Moçambique.

2.1. Conceito de Inclusão Financeira

A inclusão financeira é definida como o processo de garantir que indivíduos e empresas tenham acesso a produtos e serviços financeiros úteis e acessíveis, de acordo com suas necessidades, sejam essas transações, pagamentos, poupanças, crédito, ou seguros (Banco Mundial, 2018). A inclusão financeira não só facilita a gestão eficiente de recursos financeiros pessoais, mas também promove o crescimento económico, reduzindo a pobreza e a desigualdade social (Demirgüç-Kunt et al., 2017).

Em Moçambique, a inclusão financeira tem sido um desafio contínuo devido à alta taxa de população não bancarizada, especialmente em áreas rurais. A exclusão financeira limita a capacidade de muitos cidadãos de participar plenamente na economia formal, impedindo o desenvolvimento económico sustentável (Banco de Moçambique, 2020). Iniciativas como a introdução de serviços bancários móveis e carteiras eletrónicas têm sido fundamentais para tentar contornar essas barreiras, especialmente em regiões com pouca infraestrutura financeira (GSMA, 2019).

2.1.1. Importância da Inclusão Financeira para o Desenvolvimento Económico

A inclusão financeira é fundamental para o desenvolvimento económico, pois permite que indivíduos e empresas acessem serviços financeiros essenciais, como contas bancárias, crédito, seguros e pagamentos digitais. Esses serviços não só ajudam na administração de recursos e na proteção contra riscos, mas também promovem o investimento em educação, saúde e negócios, impulsionando o crescimento económico (Banco Mundial, 2018).

A literatura aponta que a inclusão financeira tem o potencial de reduzir a pobreza e a desigualdade social, principalmente em países em desenvolvimento. O acesso ao crédito, por exemplo, possibilita que os pequenos empresários invistam em seus negócios, ampliem suas operações e criem empregos, o que, por sua vez, contribui para o aumento da renda e a melhoria das condições de vida (Beck, 2015). Além disso, ao facilitar o acesso a serviços financeiros, a inclusão financeira promove a integração das economias informais ao sistema formal, aumentando a base tributária e a eficiência do governo (Demirgüç-Kunt et al., 2017).

Em Moçambique, o impacto da inclusão financeira é especialmente significativo em regiões rurais, onde o acesso aos serviços bancários tradicionais é limitado. Programas de inclusão financeira, como as carteiras eletrônicas e os serviços bancários móveis, têm se mostrado eficazes para superar as barreiras de acesso e alcançar populações anteriormente excluídas do sistema financeiro (Banco de Moçambique, 2020). Essas inovações tecnológicas não só promovem a inclusão financeira, mas também estimulam a inovação e a competitividade no setor financeiro (Allen et al., 2016).

Outro aspecto importante é o papel da inclusão financeira na resiliência económica. Durante crises, como a pandemia de COVID-19, a capacidade de acessar serviços financeiros digitais permitiu que muitos cidadãos continuassem a realizar transações, receber remessas e acessar apoio governamental, mitigando os impactos económicos adversos (Demirgüç-Kunt et al., 2020). Portanto, a inclusão financeira não é apenas um facilitador do desenvolvimento económico em tempos normais, mas também uma ferramenta crucial para a resiliência em períodos de crise.

2.1.2. Desafios da Inclusão Financeira em Economias em Desenvolvimento

Em Moçambique e em muitos outros países em desenvolvimento, a inclusão financeira enfrenta desafios estruturais que vão além da infraestrutura física e tecnológica. A alta desigualdade económica e as barreiras culturais também desempenham um papel significativo na exclusão financeira. Por exemplo, em regiões onde predomina a economia informal, as populações podem não ver valor em participar do sistema financeiro formal, preferindo práticas tradicionais de poupança e crédito que não envolvem instituições bancárias (Banco de Moçambique, 2020).

Além disso, a concentração da oferta de serviços financeiros nas áreas urbanas continua a ser um problema em Moçambique. A maioria das agências bancárias e dos serviços de

microfinanças está localizada em centros urbanos, deixando as populações rurais com acesso limitado ou inexistente a esses serviços (Banco de Moçambique, 2021). Esta concentração contribui para a perpetuação das desigualdades regionais e impede o desenvolvimento económico inclusivo.

Outro desafio importante é a falta de produtos financeiros adaptados às necessidades da população de baixa renda. Em Moçambique, por exemplo, os produtos financeiros tradicionais, como empréstimos e contas de poupança, muitas vezes não são acessíveis ou atrativos para as populações mais pobres devido aos altos custos e requisitos rigorosos (Molina & Martins, 2021). Isso destaca a necessidade de desenvolver produtos financeiros inovadores que sejam mais inclusivos e alinhados com as realidades socioeconómicas do país.

Finalmente, as barreiras legais e regulatórias também representam um obstáculo à inclusão financeira em Moçambique e em outros países lusófonos. A regulamentação excessiva ou mal implementada pode restringir o desenvolvimento de novos serviços financeiros, como fintechs e cooperativas de crédito, que têm o potencial de alcançar populações sub-bancarizadas (República de Moçambique, 2016).

2.2. Políticas de Inclusão Financeira em Moçambique no Período Pós-COVID

A pandemia de COVID-19 expôs as fragilidades do sistema financeiro global e destacou a importância da inclusão financeira como ferramenta de resiliência económica. Em Moçambique, o governo e as instituições financeiras reconheceram que a inclusão financeira seria crucial para mitigar os impactos económicos da pandemia, especialmente entre as populações vulneráveis. Nesse contexto, várias políticas e estratégias foram implementadas para promover a inclusão financeira durante e após a pandemia.

Uma das ações mais notáveis foi a expansão dos serviços de pagamento móvel, como o M-Pesa e e-Mola. Estes serviços, que já vinham ganhando popularidade antes da pandemia, tornaram-se vitais durante a crise, permitindo que as pessoas realizassem transações financeiras sem a necessidade de contato físico ou de visitar uma agência bancária. O governo moçambicano, em colaboração com empresas de telecomunicações, incentivou o uso dessas plataformas através de campanhas de sensibilização e pela redução de taxas de transação, facilitando assim o acesso aos serviços financeiros digitais (Banco de Moçambique, 2021).

Além disso, houve um esforço significativo para ampliar a rede de agentes bancários em áreas rurais. Estes agentes, que atuam como intermediários entre os bancos e as comunidades, foram essenciais para levar serviços financeiros a populações que anteriormente não tinham acesso a esses serviços. Durante o período pós-COVID, o Banco de Moçambique trabalhou em conjunto com bancos comerciais para treinar e certificar mais agentes bancários, aumentando assim a capilaridade do sistema financeiro em todo o país (República de Moçambique, 2021).

A estratégia de inclusão financeira em Moçambique seguiu 3 (três) pilares fundamentais descritos no Relatório De Inclusão Financeira (2024):

- **Pilar 1: Acesso e Uso de Serviços Financeiros**, com o objetivo de garantir a disponibilidade, proximidade e utilização efectiva de uma gama de serviços financeiros adequados pelas empresas e indivíduos em áreas rurais e urbanas;
- **Pilar 2: Fortalecimento da Infra-estrutura Financeira**, com o objetivo de fortalecer a segurança e eficiência do Sistema Nacional de Pagamentos, a infra-estrutura de informação financeira e a execução de garantias;
- **Pilar 3: Protecção do Consumidor e Educação Financeiro**, com o objetivo de garantir que os consumidores financeiros estejam informados, capacitados, protegidos, incluindo a celeridade na resolução em caso de conflitos com os provedores de produtos e serviços financeiros.

A adaptação das políticas de crédito também foi uma prioridade no período pós-pandemia. Reconhecendo que muitas pequenas e médias empresas (PMEs) enfrentaram dificuldades financeiras devido às restrições impostas pela COVID-19, o governo moçambicano, em parceria com bancos e instituições de microfinanças, lançou programas de crédito com condições facilitadas. Estes programas incluíram a redução das taxas de juros, a flexibilização das garantias exigidas e a extensão dos prazos de pagamento, com o objetivo de revitalizar a economia e promover a inclusão financeira entre os empreendedores de baixa renda (Banco Mundial, 2021).

Outra política importante foi o reforço da protecção ao consumidor financeiro. Durante a pandemia, houve um aumento na utilização de serviços financeiros digitais, o que trouxe novos riscos, como fraudes electrónicas e práticas abusivas. Em resposta, o Banco de Moçambique intensificou as campanhas de educação financeira voltadas para a conscientização sobre os

direitos e deveres dos consumidores, além de fortalecer a supervisão sobre as instituições financeiras para garantir práticas transparentes e justas (Banco de Moçambique, 2021).

Finalmente, o impacto das remessas internacionais também foi considerado nas políticas pós-COVID. Moçambique é um dos países da África subsaariana que depende significativamente das remessas enviadas por trabalhadores no exterior. Durante a pandemia, houve uma diminuição dessas remessas devido à crise económica global. Em resposta, o governo moçambicano, em colaboração com organizações internacionais, implementou mecanismos para facilitar a transferência de remessas, como a redução das taxas de envio e a promoção de canais digitais para recepção desses recursos, garantindo assim que as famílias dependentes dessas remessas tivessem acesso contínuo a esses fundos (PNUD, 2022).

2.2.1. Impacto da Pandemia de COVID-19 na Inclusão Financeira

A pandemia de COVID-19 trouxe consigo uma crise sem precedentes que afetou todos os aspectos da vida económica e social, colocando à prova a resiliência dos sistemas financeiros em todo o mundo (Banco Mundial, 2021). Em Moçambique, a pandemia teve um impacto significativo na inclusão financeira, evidenciando fragilidades existentes e estimulando a implementação de novas abordagens para ampliar o acesso aos serviços financeiros.

2.2.1.1. Impactos nas Instituições Financeiras Tradicionais e Digitais

A crise económica provocada pela pandemia afetou drasticamente o funcionamento das instituições financeiras tradicionais, como bancos e cooperativas de crédito. Muitas dessas instituições enfrentaram dificuldades operacionais devido às medidas de confinamento e às restrições de mobilidade. Em resposta, houve uma rápida transição para os serviços digitais, com o intuito de manter a continuidade das operações financeiras. Essa mudança, no entanto, expôs a desigualdade no acesso à tecnologia e à internet, especialmente em regiões rurais e entre as populações mais vulneráveis (Faria & Mualia, 2022).

Os serviços de pagamento móvel, que já estavam em crescimento antes da pandemia, tornaram-se a principal via para realizar transações financeiras durante os períodos de lockdown. De acordo com dados do Banco de Moçambique (2021), o número de transações realizadas através de plataformas como M-Pesa e e-Mola aumentou significativamente durante a pandemia, refletindo a adaptação da população às novas realidades impostas pela crise. No entanto, essa rápida digitalização também levantou questões sobre a segurança cibernética e a proteção dos

consumidores, exigindo medidas adicionais para garantir a confiança dos usuários nesses sistemas (Mabunda & Kumbula, 2022).

2.2.1.2. Desigualdade e Exclusão Financeira

A pandemia aumentou as desigualdades pré-existentes, especialmente em termos de inclusão financeira. As populações rurais, que já enfrentavam desafios significativos para acessar serviços financeiros, foram desproporcionalmente impactadas pelas restrições impostas pela COVID-19. A falta de infraestrutura digital, aliada à baixa alfabetização financeira, impediu que muitos indivíduos e pequenas empresas aproveitassem plenamente os serviços financeiros digitais (PNUD, 2022). Além disso, as mulheres, que constituem uma parcela significativa da população rural, foram ainda mais marginalizadas, devido ao fechamento de mercados locais e à interrupção de suas atividades económicas.

A crise também revelou a vulnerabilidade dos trabalhadores informais, que representam uma grande parte da força de trabalho em Moçambique. Com a redução da atividade económica, muitos desses trabalhadores perderam suas fontes de renda e, devido à sua exclusão do sistema financeiro formal, tiveram dificuldade em acessar suporte financeiro ou crédito emergencial. As iniciativas para ampliar a inclusão financeira dessas populações, embora importantes, enfrentaram desafios na implementação, evidenciando a necessidade de políticas mais direcionadas e eficazes (UN Women, 2021).

2.2.1.3. Resiliência e Adaptação: Lições Aprendidas

Apesar dos desafios, a pandemia também demonstrou a capacidade de resiliência do sistema financeiro moçambicano e a importância de políticas de inclusão financeira bem estruturadas. A resposta rápida em termos de digitalização dos serviços financeiros e o fortalecimento da infraestrutura digital foram fundamentais para mitigar os impactos da crise e assegurar que grande parte da população mantivesse o acesso a serviços financeiros essenciais (Banco Mundial, 2021).

As remessas internacionais também desempenharam um papel crucial durante a pandemia. Para muitas famílias moçambicanas, essas remessas foram uma fonte vital de renda, compensando as perdas de rendimentos causadas pela crise económica. A pandemia acelerou a adoção de canais digitais para o envio e recebimento de remessas, o que não só melhorou a eficiência

dessas transações, mas também ampliou o acesso financeiro para grupos que anteriormente dependiam de canais informais (PNUD, 2022).

2.2.1.4. Perspectivas Futuras para a Inclusão Financeira Pós-Pandemia

A pandemia de COVID-19 trouxe à tona a necessidade de um sistema financeiro mais inclusivo e resiliente. A experiência de Moçambique durante a crise oferece lições valiosas sobre a importância de fortalecer as infraestruturas digitais, promover a educação financeira e implementar políticas específicas para os grupos mais vulneráveis. À medida que o país avança para o período pós-pandemia, essas lições devem ser incorporadas em estratégias de longo prazo para garantir que a inclusão financeira continue a se expandir, contribuindo para o desenvolvimento económico sustentável e a redução da pobreza (Banco de Moçambique, 2021; Faria & Mualia, 2022).

2.2.2. Acesso ao Crédito e Inclusão Financeira

Um dos principais tópicos de pesquisa em Moçambique tem sido o acesso ao crédito, especialmente entre as pequenas e médias empresas (PMEs) e as populações rurais. De acordo com o estudo de Masha e Francisco (2019), o acesso ao crédito em Moçambique continua limitado, com muitos empreendedores enfrentando dificuldades significativas para obter financiamento devido a barreiras como altas taxas de juros, exigências de garantias e a falta de historial de crédito formal. O estudo revelou que, apesar dos esforços do governo para ampliar o acesso ao crédito através de programas de microfinanciamento, a penetração desses serviços em áreas rurais ainda é insuficiente, aumentou as disparidades económicas entre as zonas urbanas e rurais.

Além disso, um relatório do Banco Mundial (2020) destacou que apenas uma pequena fração da população adulta em Moçambique tem acesso a crédito formal, com a maioria dependendo de fontes informais de financiamento, como familiares ou redes comunitárias. Isso levanta preocupações sobre a sustentabilidade dessas práticas e a necessidade de políticas mais inclusivas para integrar essas populações ao sistema financeiro formal.

2.2.3. Uso de Serviços Financeiros Digitais

Outro campo de estudo relevante é o uso de serviços financeiros digitais, que tem ganhado destaque como uma ferramenta crucial para a inclusão financeira, especialmente em um país com desafios significativos de infraestrutura. Um estudo realizado por Silva e Mutemba (2021)

investigou o impacto dos serviços móveis de pagamento na inclusão financeira em Moçambique, encontrando que a adoção de plataformas como M-Pesa e e-Mola tem crescido rapidamente, mas ainda enfrenta obstáculos como a falta de alfabetização digital e a limitada cobertura de rede em áreas rurais.

Esses serviços digitais têm o potencial de superar algumas das barreiras tradicionais ao acesso financeiro, como a distância até agências bancárias e a burocracia envolvida na abertura de contas bancárias. No entanto, os autores argumentam que, para que o uso dessas tecnologias seja eficaz, é essencial que haja investimentos em educação financeira e na expansão da infraestrutura digital (Silva & Mutemba, 2021).

2.2.4. Impactos Socioeconómicos da Inclusão Financeira

A relação entre inclusão financeira e desenvolvimento socioeconómico também tem sido um foco de pesquisa em Moçambique. Um estudo conduzido por Mualia (2020) examinou o impacto da inclusão financeira no empoderamento económico das mulheres nas zonas rurais, concluindo que o acesso a serviços financeiros, especialmente através de grupos de poupança e crédito rotativo (PCRs), tem um efeito positivo significativo na capacidade das mulheres de investir em atividades geradoras de renda. No entanto, o estudo também apontou que os efeitos da inclusão financeira são muitas vezes limitados pela persistência de normas sociais que restringem o papel das mulheres na economia, sugerindo que intervenções complementares em educação e igualdade de género são necessárias para maximizar os benefícios da inclusão financeira.

Além disso, um relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2019) explorou como a inclusão financeira pode ajudar a reduzir a vulnerabilidade económica de trabalhadores informais, que constituem uma grande parte da força de trabalho em Moçambique. O relatório destacou que, embora a inclusão financeira tenha o potencial de melhorar a segurança económica desses trabalhadores, muitos ainda enfrentam barreiras significativas, como a falta de documentação formal e a desconfiança nos serviços financeiros formais.

2.2.5. Desafios e Oportunidades

Apesar dos avanços na inclusão financeira, os estudos indicam que Moçambique ainda enfrenta desafios substanciais. A falta de infraestrutura financeira em áreas rurais, a baixa alfabetização financeira, e as desigualdades de género são obstáculos significativos que precisam ser

superados (IEIF, 2024). Por outro lado, a crescente penetração de tecnologias digitais oferece uma oportunidade única para expandir a inclusão financeira e reduzir as desigualdades socioeconômicas no país.

Esses estudos enfatizam a necessidade de políticas públicas que incentivem a inovação e a colaboração entre o setor público e privado para desenvolver soluções inclusivas. Iniciativas que promovam a educação financeira e o fortalecimento das infraestruturas digitais são cruciais para garantir que a inclusão financeira em Moçambique não apenas cresça em termos de números, mas também se torne verdadeiramente inclusiva e acessível para todas as camadas da população.

2.3. Tecnologias Digitais como Ferramenta de Inclusão Financeira

Nos últimos anos, as tecnologias digitais emergiram como uma ferramenta poderosa para a promoção da inclusão financeira em países em desenvolvimento, incluindo Moçambique (FAO, 2020). Com a proliferação de dispositivos móveis e a expansão do acesso à internet, as barreiras tradicionais ao acesso a serviços financeiros têm sido desafiadas, criando novas oportunidades para integrar populações anteriormente excluídas ao sistema financeiro formal.

2.3.1. Pagamentos Móveis e Transferências Digitais

A introdução e popularização dos serviços de pagamento móvel representam um dos avanços mais significativos no campo da inclusão financeira. Em Moçambique, plataformas como M-Pesa, e-Mola, e mkesh transformaram a forma como as pessoas realizam transações financeiras. Essas plataformas permitem que os usuários enviem e recebam dinheiro, paguem contas e realizem compras diretamente de seus telefones celulares, sem a necessidade de uma conta bancária tradicional (Hughes & Lonie, 2020).

O impacto dessas tecnologias é particularmente evidente em áreas rurais, onde a infraestrutura bancária tradicional é escassa ou inexistente. Estudos indicam que os pagamentos móveis têm um impacto direto na redução da pobreza, ao facilitar o acesso a serviços financeiros essenciais, como crédito e seguros, para as populações mais vulneráveis. Além disso, a conveniência e a segurança oferecidas pelos pagamentos digitais têm levado a uma maior aceitação e uso desses serviços, mesmo entre aqueles que anteriormente dependiam exclusivamente de transações em dinheiro (Mbiti & Weil, 2019).

2.3.2. Bancos Digitais e Fintechs

Outra tendência crescente é o surgimento de bancos digitais e fintechs, que oferecem serviços financeiros através de plataformas digitais sem a necessidade de agências físicas. Em Moçambique, várias fintechs têm surgido com o objetivo de atender nichos específicos de mercado, como empréstimos de baixo valor, microfinanças e poupança digital (Hlabisa & Joaquim, 2021). Esses serviços têm a vantagem de ser mais acessíveis e flexíveis, especialmente para pequenos empresários e trabalhadores informais que tradicionalmente enfrentam dificuldades para acessar crédito em bancos convencionais.

As fintechs também têm promovido inovações em áreas como seguros e investimentos, oferecendo produtos que são adaptados às necessidades e capacidades financeiras da população. O uso de big data e algoritmos de inteligência artificial permite que essas empresas ofereçam produtos personalizados, com maior precisão na avaliação de risco e no atendimento às necessidades dos clientes (PWC, 2020).

2.3.3. Educação Financeira Digital

A adoção generalizada de tecnologias digitais também destacou a importância da educação financeira digital como um componente essencial da inclusão financeira. Em Moçambique, iniciativas têm sido lançadas para melhorar a alfabetização financeira da população, utilizando plataformas digitais para ensinar habilidades financeiras básicas e promover o uso seguro e eficaz de serviços financeiros digitais (FAO, 2020).

A educação financeira digital não apenas empodera os usuários a tomar decisões financeiras informadas, mas também aumenta a confiança nos serviços financeiros digitais, que é um fator crítico para a adoção sustentável dessas tecnologias. Em particular, programas voltados para mulheres e jovens têm sido eficazes em aumentar a inclusão financeira dessas populações, muitas vezes marginalizadas nos sistemas financeiros tradicionais (Muanamoha & Bique, 2021).

2.3.4. Desafios e Perspectivas Futuras

Embora as tecnologias digitais tenham demonstrado seu potencial para ampliar a inclusão financeira em Moçambique, existem desafios significativos que precisam ser abordados. A desigualdade no acesso à internet e à tecnologia móvel continua a ser um obstáculo importante, especialmente em áreas rurais e entre populações de baixa renda. Além disso, questões

relacionadas à proteção de dados, privacidade e segurança cibernética são preocupações crescentes à medida que mais transações financeiras migram para plataformas digitais (Banco Mundial, 2021).

Para maximizar o impacto das tecnologias digitais na inclusão financeira, é essencial que as políticas públicas incentivem a expansão da infraestrutura digital e promovam a inovação contínua no setor financeiro. Colaborações entre o governo, o setor privado e organizações internacionais podem acelerar a implementação de soluções tecnológicas que atendam às necessidades específicas da população moçambicana (Banco Africano de Desenvolvimento, 2022). Espera-se que mais pessoas, inclusive em áreas rurais, tenham melhor acesso a serviços financeiros digitais através de aplicativos móveis, neste âmbito, soluções como carteiras digitais e transferências de dinheiro via dispositivos móveis continuarão a crescer.

CAPÍTULO III: METODOLOGIA

Desde logo, cabe-me referir que o método, em seu sentido mais geral, é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um certo fim ou resultado desejado, nas ciências, metodologia de pesquisa pode ser definida segundo SEVERINO (2016), como o estudo do conjunto dos processos, das técnicas, dos instrumentos e das normas pelas quais se processa o trabalho intelectual cujo objetivo é a descoberta de novos conhecimentos, sua sistematização e a aplicação na solução de problemas.

3.1. Tipo de Pesquisa

Este estudo adota uma abordagem quantitativa e descritiva, utilizando Estatísticas Descritivas para analisar dados relacionados às políticas de inclusão financeira implementadas em Moçambique no período pós-COVID (2021-2023). A pesquisa quantitativa e descritiva é eficaz para descrever e sintetizar dados, proporcionando uma compreensão clara das características e padrões observados na inclusão financeira (Marconi & Lakatos, 2017).

3.2. Abordagem Metodológica

A metodologia deste estudo será baseada em Estatísticas Descritivas. Esta abordagem permite a análise detalhada dos dados coletados, incluindo neste contexto médias como técnica básica de análise descritiva dos dados. Como já enfatizado antes, as Estatísticas Descritivas são fundamentais para fornecer uma visão geral das tendências e padrões nos dados, facilitando a compreensão dos efeitos das políticas de inclusão financeira (Martins, 2020).

3.3. População e Amostra

Segundo Johnson e Christensen (2016) uma amostra é um subconjunto selecionado de uma população, geralmente escolhido com o objetivo de estudar as características da população como um todo.

A população-alvo deste estudo compreende indivíduos e pequenas empresas em Moçambique, que foram impactados pelas políticas de inclusão financeira no período pós-COVID, nos anos compreendidos entre 2021 a 2023. A amostra será representativa das diferentes regiões do país, garantindo a inclusão tanto de áreas urbanas quanto rurais, utilizando técnicas de amostragem estratificada.

3.4. Procedimentos de Coleta e Análise de Dados

A coleta de dados será realizada por meio de fontes secundárias, incluindo relatórios disponibilizados pelo Banco de Moçambique, informações provenientes de organizações internacionais como o Banco Mundial e dados estatísticos fornecidos por instituições financeiras atuantes a nível local.

Para descrever e avaliar a eficácia das políticas de inclusão financeira em Moçambique no período pós-COVID (2021-2023), serão analisados os seguintes indicadores:

- **Evolução de contas bancárias por Região:** Este indicador reflete o grau de formalização do acesso ao sistema bancário em Moçambique, com foco nas diferenças entre as áreas rurais, onde há maior densidade populacional e acesso limitado a serviços bancários, as áreas urbanas, onde há menor densidade populacional e maior acesso a infraestrutura bancária. A evolução do número de contas bancárias permite identificar tendências de crescimento ou declínio em cada região.
- **Expansão da Rede de Agentes Bancários por Região:** Será comparada a densidade de agentes bancários por 10.000 km² entre áreas urbanas e rurais ao longo do período analisado. Este indicador ajuda a medir o alcance das políticas de expansão bancária em regiões remotas e urbana.
- **Uso de serviços financeiros digitais:** A análise se concentrará na adoção de carteiras eletrônicas e plataformas de pagamento móvel, como M-Pesa, e-Mola e kesh, que desempenham um papel fundamental na inclusão financeira, especialmente em áreas rurais. Para esta análise será usada a estatística das Contas IME em % da População Adulta por Região e o número de Agentes de IME por 100 mil Adultos.
- **Acesso ao Crédito por PMEs:** Para avaliar a eficácia das políticas de inclusão financeira na promoção do acesso ao crédito, será analisada a proporção de Pequenas e Médias Empresas (PMEs) que obtiveram crédito formal no período em apreço seguindo a comparação regional.
- **Educação financeira e adoção de tecnologia:** A base desta análise será efetivamente a taxa de população adulta em termos percentuais que aderiu a programas financeiros educacionais promovidos por uma combinação de instituições governamentais, organizações não-governamentais (ONGs), instituições financeiras, e organismos

internacionais especialmente no uso de serviços digitais, com o intuito de fomentar a alfabetização e adoção de tecnologias financeiras.

Será aplicada a medida de **média** para auxiliar a descrição e análise das variáveis mencionadas. Essa medida é fundamental para descrever as características dos dados e identificar padrões importantes na inclusão financeira em Moçambique.

- **Média:** é a soma de todos os valores dividida pelo número de observações. A fórmula para calcular a média é:

$$\bar{x} = \frac{\sum_i^n = 1^{xi}}{n}$$

onde:

- \bar{x} é a média;
- $\sum_i^n = 1^{xi}$ é a soma de todas as observações;
- n é o número total de observações.

Segundo Martins (2020), a média é uma das medidas mais utilizadas para resumir o comportamento central de uma amostra, oferecendo uma visão geral dos dados.

Além disso, gráficos e tabelas serão utilizados para facilitar a interpretação dos resultados

3.5. Considerações Éticas

Este estudo respeitará todas as considerações éticas necessárias, assegurando que os dados sejam utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e que qualquer informação sensível seja tratada com confidencialidade. Todos os relatórios e documentos serão utilizados de acordo com as normativas e políticas de uso das instituições responsáveis, garantindo o respeito aos direitos autorais e à integridade das informações.

CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Este capítulo apresenta os resultados da análise das políticas de inclusão financeira em Moçambique no período pós-COVID (2021-2023), com foco nas áreas urbanas e rurais. Os dados utilizados foram obtidos de fontes secundárias, como relatórios do Banco de Moçambique, Banco Mundial, e outras organizações internacionais relevantes. A amostra considerada é representativa das regiões urbanas e rurais de Moçambique, o que permite uma comparação entre as diferentes realidades dessas regiões no que diz respeito à inclusão financeira.

4.1. Análise Descritiva: Período 2021-2023

4.1.1. Evolução de Contas Bancárias por Região

A evolução das contas bancárias em Moçambique no período de 2021 a 2023 reflete um panorama de avanços no acesso financeiro, marcado por disparidades significativas entre as regiões urbanas e rurais. A análise anual destaca o impacto das políticas de inclusão financeira e os desafios enfrentados em diferentes contextos regionais.

Em 2021, o número de contas bancárias nas áreas urbanas foi de 3,509,982, representando cerca de 55.1% da população adulta urbana. Este dado reflete a recuperação inicial após os impactos económicos severos da pandemia de COVID-19. Por outro lado, nas áreas rurais, foram registradas 1,664,240 contas bancárias, correspondendo a 15.6% da população adulta rural. De entre alguns fatores pressupõe-se que as áreas urbanas tenham se beneficiado de maior concentração de agências bancárias e acesso mais amplo a tecnologias digitais, o que facilitou a abertura de novas contas. Nas áreas rurais, a baixa penetração de agentes bancários e a limitada educação financeira contribuíram para um crescimento menos expressivo.

Em 2022, o número de contas bancárias nas áreas urbanas foi de 3,011,546.2, representando aproximadamente 54.9% da população adulta urbana. Esse valor indica uma redução de cerca de 14% em relação ao total registrado em 2021 (3,509,982). Essa queda pode ser atribuída a desafios no acesso a serviços financeiros formais, possivelmente relacionados à reestruturação de algumas instituições financeiras e a mudanças nas políticas de inclusão. Nas áreas rurais, o número de contas bancárias alcançou 1,759,667.5, representando 16.1% da população adulta rural. Esse número reflete um aumento de 5.7% em relação ao ano anterior (1,664,240),

demonstrando esforços contínuos para ampliar o acesso financeiro nessas regiões. Apesar disso, a desigualdade entre áreas urbanas e rurais permaneceu evidente, com as zonas rurais ainda enfrentando desafios estruturais, como baixa alfabetização financeira e limitada presença de agentes bancários.

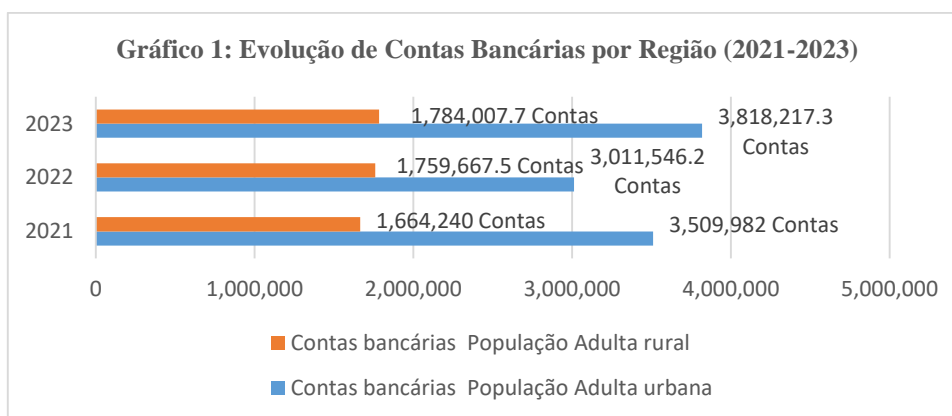
Em 2023, o número de contas bancárias urbanas atingiu 3,818,217.3, representando 56.1% da população adulta urbana. Esse aumento demonstra a consolidação do uso de serviços financeiros formais nas cidades, associado a avanços tecnológicos e ao fortalecimento das políticas de inclusão financeira. Nas áreas rurais, o total de contas bancárias alcançou 1,784,007.7, representando 15.9% da população adulta rural. Embora tenha havido um crescimento, ele foi mais lento em comparação com o período anterior, sugerindo limitações na eficácia das políticas voltadas para estas regiões.

No geral, o ano de 2023 evidenciou avanços importantes, mas também trouxe à tona a necessidade de estratégias mais específicas para atender às populações rurais, onde os desafios estruturais continuam a limitar a bancarização.

Tabela 1: População Adulta por Região

<i>Indicadores Gerais</i>	<i>2021</i>	<i>2022</i>	<i>2023</i>
População Adulta (15+) urbana	6,374,914	5,487,636	6,802,335
População Adulta (15+) rural	10,672,920	10,928,452	11,227,480

Fonte: INE, IEIF, 2024.



Fonte: IEIF, 2024.

Média:

- Urbanas: $\frac{3,509,982+3,011,546.2+3,818,217.3}{3} = 3,446,581.8$ Contas
- Rurais: $\frac{1,664,240+1,759,667.5+1,784,007.7}{3} = 1,735,971.7$ Contas

No período de 2021 a 2023, a média anual do número de contas bancárias nas áreas urbanas foi de aproximadamente 3,446,518.8 contas. Esse valor reflete o impacto das políticas de inclusão financeira, especialmente nas regiões mais desenvolvidas, onde a infraestrutura bancária e tecnológica é mais robusta. Nas áreas rurais, a média anual foi de aproximadamente 1,735,917.7 contas no período de 2021 a 2023. Apesar de significativamente inferior à média urbana, os dados indicam um crescimento progressivo na inclusão financeira dessas regiões.

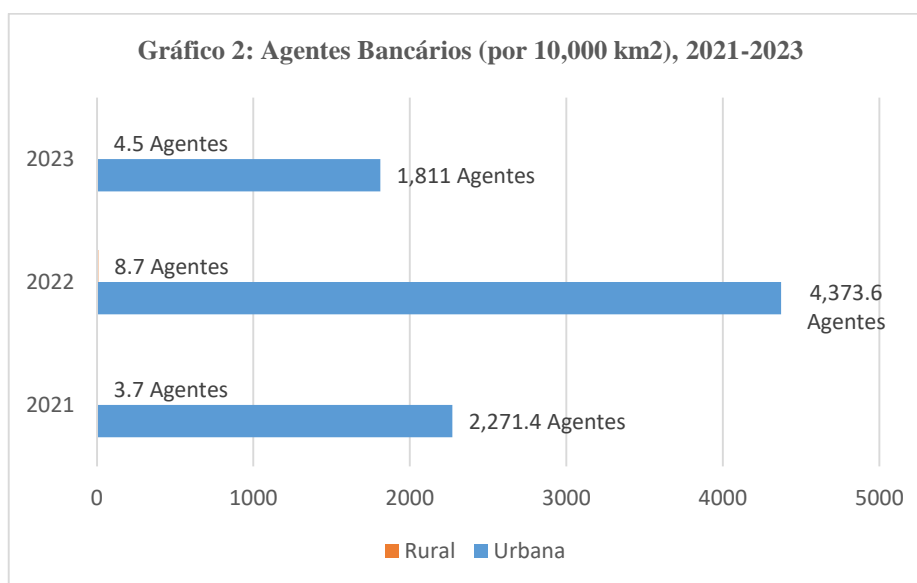
Comparando as médias das duas regiões, observa-se que as áreas urbanas apresentam uma média de quase o dobro à das áreas rurais. Essa disparidade ressalta a importância de políticas mais direcionadas às zonas rurais, com foco na redução das desigualdades e na promoção de uma inclusão financeira mais equitativa.

4.1.2. Expansão da Rede de Agentes Bancários por Região

A expansão da rede de agentes bancários foi uma das estratégias essenciais para promover a inclusão financeira em Moçambique, especialmente nas regiões rurais, onde o acesso a bancos convencionais é limitado. Em 2021 registrou-se nas áreas urbanas uma densidade de 2,271.4 agentes bancários por 10,000 km², refletindo uma concentração de esforços nessas regiões, onde a população e a demanda são maiores. Já nas áreas rurais, a densidade de agentes era significativamente menor, com 3.7 agentes por 10,000 km², evidenciando os desafios de infraestruturas financeiras nessas áreas. Essa diferença inicial mostra que o processo de inclusão financeira estava em estágio inicial nas zonas rurais, dependente de incentivos adicionais.

No ano de 2022, houve um aumento notável de agentes bancários em ambas as áreas, com maior destaque para as zonas urbanas, que apresentaram uma expansão para 4,373.6 agentes por 10,000 km². Esse aumento reflete um fortalecimento na infraestrutura financeira para acomodar a crescente utilização de serviços financeiros, resultado das políticas de incentivo à bancarização. Nas áreas rurais, a densidade de agentes também apresentou crescimento, passando para 8.7 agentes por 10,000 km². Esse avanço, embora mais lento que nas áreas urbanas, foi um passo significativo para diminuir as desigualdades no acesso financeiro.

Em 2023, o número de agentes bancários nas áreas urbanas sofreu uma redução para 1,811 agentes por 10,000 km², sugerindo uma redistribuição de recursos para atender a áreas com menor cobertura ou um ajuste na rede de agentes. Nas áreas rurais, a densidade de agentes caiu para 4.5 agentes por 10,000 km², mantendo-se relativamente baixa e sugerindo que os esforços de expansão precisam ser reforçados. A leve diminuição em ambas as áreas, urbana e rural, evidencia a necessidade de políticas mais direcionadas e sustentáveis para manter o número de agentes em crescimento, assegurando que a inclusão financeira alcance as regiões mais remotas de forma efetiva.



Fonte: IEIF, 2024.

Média:

- Urbana: $\frac{2,271.4+4,373.6+1,811}{3} = 2,818.7$ Agentes
- Rural: $\frac{3.7+8.7+4.5}{3} = 5.6$ Agentes

A análise da média de penetração de agentes bancários em Moçambique revela diferenças significativas entre áreas urbanas e rurais. A média urbana, de 2,818.7 agentes por 10,000 km², indica uma presença relativamente robusta dos serviços bancários, refletindo a urbanização e o desenvolvimento económico nas cidades. Em contrapartida, a média rural, de apenas 5.6 agentes por 10,000 km², evidencia como antes enfatizado, a precariedade do acesso a serviços financeiros nessas regiões, o que pode limitar as oportunidades de desenvolvimento económico e inclusão financeira para a população rural. Essa disparidade ressalta a necessidade de políticas

públicas que promovam a expansão da infraestrutura bancária nas áreas rurais, visando aumentar a inclusão financeira e reduzir as desigualdades regionais

4.1.3. Uso de Serviços Financeiros Digitais por Região

Os serviços financeiros digitais, particularmente plataformas de pagamento como M-Pesa, e-Mola, M-Kesh e outras soluções de fintech, tornaram-se componentes cruciais na promoção da inclusão financeira em Moçambique, especialmente no período pós-pandemia (IEIF, 2024). Estes serviços digitais, acessíveis via celular e outras tecnologias, facilitaram o acesso a transações financeiras de baixo custo e promoveram a inclusão de pessoas que anteriormente não utilizavam serviços bancários tradicionais.

4.1.3.1. Contas IME por Região

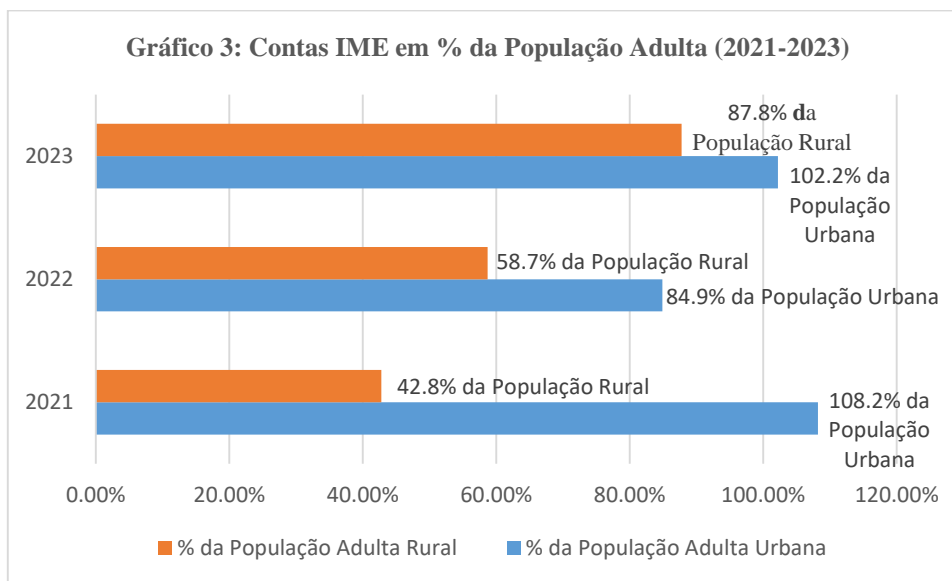
Em 2021, as contas IME representavam 67.2% da população adulta, com uma diferença marcante entre regiões urbanas e rurais. Nas áreas urbanas, a percentagem era de 108.2%, um número que já ultrapassava 100% devido ao fato de muitas pessoas possuírem várias contas em diferentes plataformas. Essa alta penetração reflete a maior aceitação e confiança nos serviços digitais em centros urbanos, facilitada pela melhor infraestrutura tecnológica e campanhas de marketing. Nas áreas rurais, apenas 42.8% da população adulta utilizava contas IME, destacando ainda os desafios de acesso à tecnologia e educação financeira. Contudo, a presença de agentes IME em comunidades rurais começou a contribuir para aumentar a adoção dos serviços.

Em 2022, a percentagem de uso de contas IME subiu para 68.5% da população adulta, com progressos contínuos tanto em áreas urbanas quanto rurais. Nas cidades, a percentagem de contas IME atingiu 84.9%, indicando uma leve redução em comparação com 2021. Essa queda pode ser explicada por ajustes no mercado, incluindo o encerramento de contas inativas e mudanças nas estratégias das operadoras. Nas áreas rurais, a percentagem de uso cresceu para 58.7%, refletindo um aumento significativo em relação ao ano anterior. Esse avanço foi impulsionado por programas de educação financeira e pela expansão da rede de agentes IME em comunidades remotas, além da maior aceitação de pagamentos digitais em mercados locais.

Em 2023, as contas IME alcançaram 93.2% da população adulta, com um crescimento expressivo tanto em termos absolutos quanto percentuais. Nas áreas urbanas, a percentagem subiu para 102.2%, mantendo-se acima de 100% devido ao uso múltiplo de plataformas pelos

usuários. Esse crescimento está relacionado à integração de serviços digitais com outros setores, como comércio e transferências sociais digitais, que aumentaram a atratividade desses serviços.

Nas áreas rurais, o uso de contas IME alcançou 87.8%, um aumento notável que demonstra o impacto positivo das políticas de inclusão financeira digital. No entanto, a cobertura limitada de rede em algumas regiões e a alfabetização digital continuam sendo barreiras para a expansão plena.



Fonte: IEIF, 2024.

Média Anual de Contas IME:

- Urbana: $\frac{1.08+0.85+1.02}{3} * 100 = 98.33\%$ da População
- Rural: $\frac{0.43+0.59+0.88}{3} * 100 = 63.33\%$ da População

Na área urbana, a média de 98.33% sugere que o uso de plataformas como e-Mola, M-Pesa e Mkesh está muito bem estabelecido e com boa regularidade. Isso pode refletir a maior facilidade de acesso a smartphones, maior cobertura de rede e uma maior familiaridade das pessoas com tecnologias financeiras nas zonas urbanas. Por outro lado, na área rural, a média de 63.33% é significativamente mais baixa. Isso pode indicar que o uso dessas plataformas ainda enfrenta algumas barreiras, como a falta de acesso à dispositivos móveis ou à rede de telecomunicações em algumas áreas mais remotas. Além disso, em muitas regiões rurais, o conhecimento sobre como utilizar essas plataformas pode ser mais limitado, e a falta de recursos tecnológicos, como

smartphones, pode dificultar ainda mais o acesso. A menor utilização dessas plataformas nas zonas rurais pode ser um reflexo dessas dificuldades.

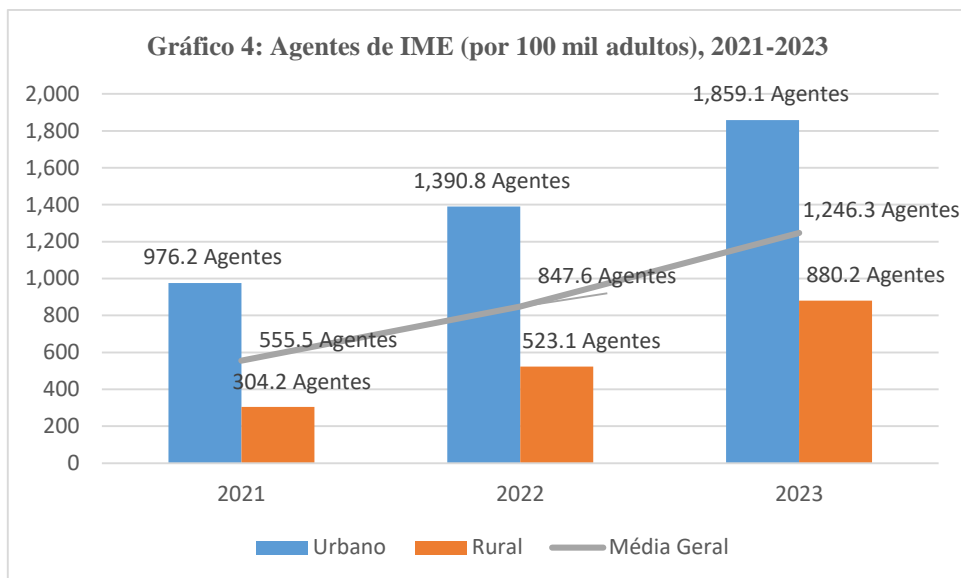
4.1.3.2. Agentes de IME por Região

Entre 2021 e 2023, os agentes de IME (Instituições de Moeda Eletrónica) desempenharam um papel crucial na expansão dos serviços financeiros digitais em Moçambique, com um crescimento contínuo tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais.

De acordo com os dados de 2021, a presença de agentes de IME por 100 mil adultos nas áreas urbanas foi de 976.2, enquanto nas zonas rurais foi significativamente mais baixa, com apenas 304.2. A média nacional de presença de IMEs foi de 555.5 por 100 mil adultos, refletindo a diferença de infraestrutura e adoção da tecnologia entre as regiões do país.

Em 2022, a presença de agentes de IME nas áreas urbanas aumentou para 1,390.8 por 100 mil adultos, um aumento substancial em relação ao ano anterior. Esse crescimento pode ser atribuído à maior adoção de serviços financeiros digitais em centros urbanos. A urbanização crescente também pode ter contribuído para uma maior demanda por serviços de pagamento digital, transferências de dinheiro e soluções financeiras mais ágeis e acessíveis. Nas áreas rurais, embora ainda abaixo da média nacional, houve um aumento significativo na presença de agentes, com 523.1 agentes por 100 mil adultos. Esse crescimento foi promissor, indicando que, apesar das dificuldades históricas em termos de infraestrutura e acesso à tecnologia, a moeda eletrónica começou a se expandir nas regiões mais remotas. Esse avanço pode ser atribuído a iniciativas de empresas e instituições financeiras que buscam ampliar a inclusão financeira em áreas com menor acesso a serviços bancários tradicionais.

Em 2023, o número de agentes de IME nas áreas urbanas alcançou 1,859.1 agentes por 100 mil adultos, um crescimento considerável em relação aos 1,390.8 registrados em 2022. Esse aumento pode ser atribuído à crescente urbanização e ao aumento da demanda por soluções financeiras digitais nas cidades, especialmente à medida que mais cidadãos se tornam clientes de serviços de pagamento eletrónico. Nas áreas rurais, o crescimento também foi significativo. Em 2023, o número de agentes de IME subiu para 1,246.3 por 100 mil adultos, comparado aos 523.1 de 2022. Esse aumento acentuado é um reflexo direto dos esforços para aumentar a inclusão financeira nas zonas mais afastadas, onde os serviços bancários tradicionais não eram amplamente disponíveis.



Fonte: IEIF, 2024.

Média Anual de Agentes IME:

- Urbana: $\frac{976.2+1,390.8+1,859.1}{3} = 1,408.7$ Agentes
- Rural: $\frac{304.2+523.1+880.2}{3} = 569.2$ Agentes

A média anual de agentes de Instituições de Moeda Eletrónica (IME) em Moçambique reflete o progresso da inclusão financeira no país, especialmente nas áreas urbanas e rurais. A média anual de agentes nas áreas urbanas foi de 1,408.7 por 100 mil adultos, um número significativamente maior em comparação às áreas rurais, onde a média foi de 569.2 por 100 mil adultos. Essa diferença substancial destaca a persistente desigualdade no acesso a serviços financeiros digitais no país.

4.1.4. Acesso ao Crédito por PMEs

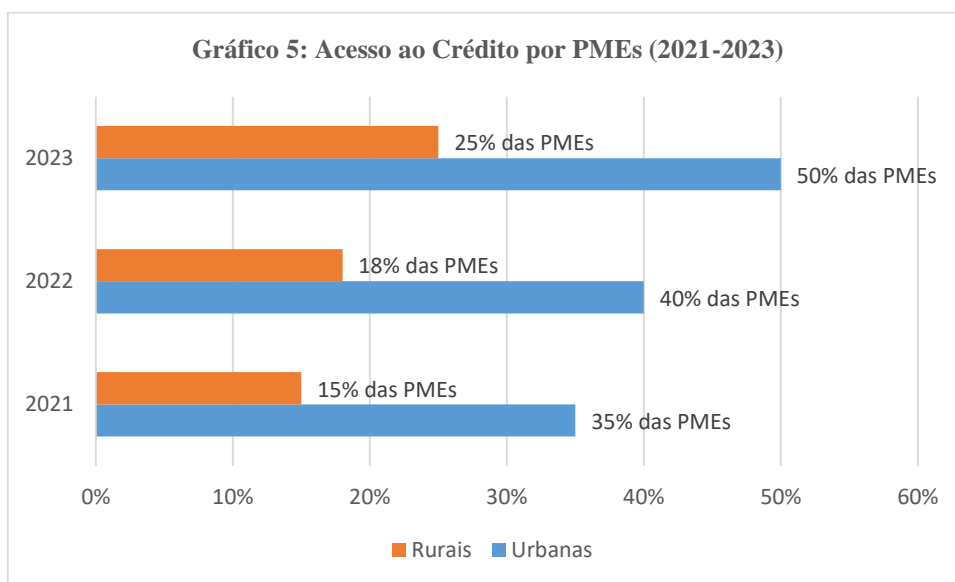
Entre 2021 e 2023, o acesso ao crédito para Pequenas e Médias Empresas (PMEs) em Moçambique apresentou flutuações, influenciado por fatores como taxas de juros elevadas, condições económicas instáveis e políticas públicas voltadas para a inclusão financeira. Apesar dos desafios, algumas iniciativas contribuíram para melhorar o cenário em determinadas regiões, especialmente em áreas urbanas.

No início do período analisado, isto é, em 2021, apenas 35% das PMEs urbanas conseguiram acessar o crédito formal, enquanto nas áreas rurais o percentual era mais baixo, cerca de 15%.

As principais barreiras incluíam exigências rigorosas de garantias, altas taxas de juros e a limitada presença de instituições financeiras nas zonas rurais. A pandemia de COVID-19 aumentou esses desafios, impactando negativamente a confiança dos empresários no setor financeiro formal.

Com a introdução de linhas de crédito específicas para PMEs em 2022, o acesso ao crédito apresentou uma leve melhoria. Cerca de 40% das PMEs urbanas conseguiram financiamento, enquanto nas áreas rurais houve um aumento para 18%. Este avanço foi impulsionado por programas de capacitação em gestão financeira e incentivos fiscais para bancos que alocaram recursos a PMEs. No entanto, a alta inflação e os custos de operação continuaram a dificultar o crescimento sustentável do crédito para empresas em áreas rurais.

Em 2023, as políticas de inclusão financeira alcançaram seu maior impacto no período. Aproximadamente 50% das PMEs urbanas tiveram acesso a crédito formal, enquanto o percentual nas áreas rurais subiu para 25%. Este crescimento foi atribuído ao fortalecimento de programas que promoveram o financiamento agrícola nas regiões rurais. Apesar dos avanços, muitos empresários relataram dificuldades em atender às exigências bancárias, como apresentação de um plano de negócios detalhado e garantias colaterais, limitando o impacto geral da política de crédito (Banco Mundial, 2024).



Fonte: Banco Mundial, Relatório sobre Pequenas e Médias Empresas, 2023.

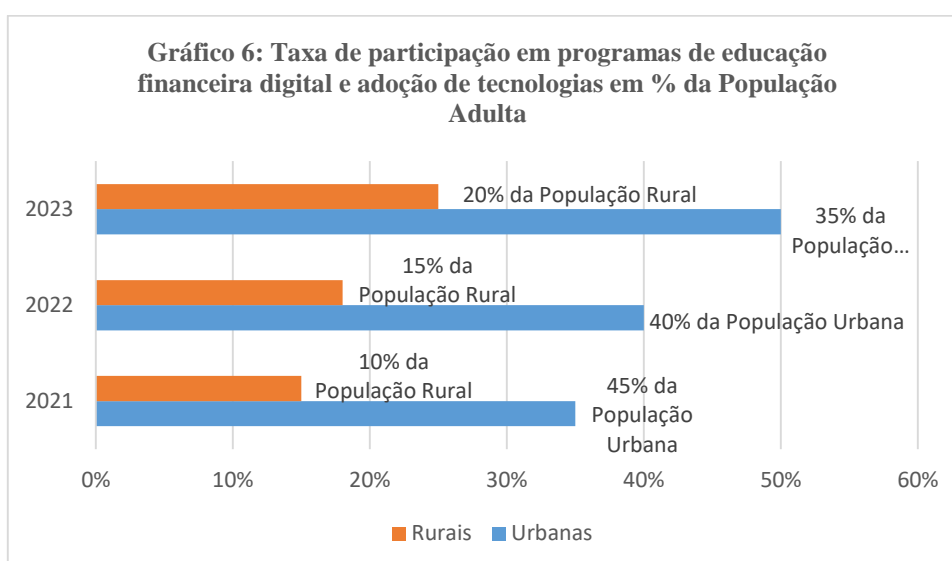
Média:

- Urbanas: $\frac{0.35+0.4+0.5}{3} * 100 = 41.67\%$ de PMEs
- Rurais: $\frac{0.15+0.18+0.25}{3} * 100 = 19.33\%$ de PMEs

Nas áreas urbanas, há uma variabilidade maior, com uma média anual de 41.67% de PMEs com acesso ao crédito, o que indica que o acesso ao crédito nesta região foi mais volátil ao longo dos anos, diferentemente das áreas rurais onde houve uma média anual de 19.33% de PMEs com acesso ao crédito, o que reflete um crescimento mais estável, porém lento, do acesso ao crédito.

4.1.5. Educação Financeira e Adoção de Tecnologia

Os programas de educação financeira digital começaram a ser implementados em 2021, com o objetivo de capacitar a população no uso seguro e eficaz de serviços financeiros digitais. Segundo o relatório de educação financeira e tecnologias digitais em Moçambique disponibilizado pelo Banco Mundial, nas áreas urbanas, a participação em programas de educação financeira foi de aproximadamente 45% em 2021, 40% em 2022 e 35% em 2023, o resultando em uma média de 40%. Já nas áreas rurais, essa taxa foi de 10% em 2021, 15% em 2022 e 20% em 2023, com uma média de 15%. Esses números refletem os desafios adicionais de infraestrutura e comunicação que limitam o alcance desses programas nas regiões mais isoladas.



Fonte: BM, Relatório sobre o Estado da Inclusão Financeira em Moçambique, 2023.

Média:

- Urbanas: $\frac{0.45+0.40+0.35}{3} * 100 = 40\%$ da População
- Rurais: $\frac{0.10+0.15+0.20}{3} * 100 = 15\%$ da População

A média apresentada no gráfico reflete a tendência geral de adesão aos programas de educação financeira e adoção de tecnologia ao longo dos anos. Para as áreas urbanas, a média de participação foi de 40%, o que indica que houve uma adesão considerável aos programas de educação financeira, com uma diminuição gradual na participação ao longo dos anos. Essa diminuição pode ser interpretada como um sinal de que, apesar da boa adesão inicial, a taxa de crescimento da participação nos programas de educação financeira está a se estabilizar nesta região. Isso pode ser explicado pelo fato de que a população urbana, que já tem um maior nível de acesso à tecnologia e melhores condições de infraestrutura, pode ter atingido um nível de saturação, onde a maioria das pessoas já participou ou foi atingida pelos programas disponíveis.

Nas áreas rurais, a média foi de 15%, o que reflete uma adesão bem mais baixa, devido a desafios significativos, como o acesso limitado à educação e à infraestrutura digital. Esse percentual destaca as dificuldades que ainda existem nas regiões rurais e a necessidade de programas de educação financeira mais específicos, adaptados às condições locais, para promover um aumento na adesão a esses serviços.

4.2. Discussão de Resultados

Os resultados apresentados anteriormente fornecem uma visão clara da eficácia das políticas de inclusão financeira implementadas em Moçambique no período pós-COVID (2021-2023). Nesta seção, esses resultados serão discutidos à luz dos objetivos e hipóteses da pesquisa:

- 1. Crescimento Regional na Bancarização:** Os dados indicam uma evolução significativa de contas bancárias nas áreas urbanas, onde a média para os três anos em análise foi de 3,446,581.8, enquanto nas áreas rurais a média foi de apenas 1,735,971.7 contas (ver, p.22). Este resultado está alinhado à hipótese H1, que previa que as políticas de inclusão financeira seriam mais eficazes em áreas urbanas devido à melhor infraestrutura bancária e digital. Essa disparidade regional reflete os desafios contínuos enfrentados nas zonas rurais, como a falta de agências bancárias e de acesso às tecnologias necessárias para promover a inclusão financeira. O sucesso nas áreas urbanas pode ser atribuído à concentração de instituições financeiras e à maior disponibilidade de recursos tecnológicos, enquanto as dificuldades nas áreas rurais sugerem a necessidade de políticas mais focadas em superar barreiras estruturais, como a falta de infraestrutura adequada e a baixa inclusão digital.
- 2. Uso de Serviços Financeiros Digitais:** O uso de serviços financeiros digitais, como M-Pesa, e-Mola e Mkesh, também cresceu de maneira desigual. Nas áreas urbanas, temos uma média anual de aproximadamente 98.33% que população já utiliza esses serviços de forma regular, enquanto nas áreas rurais a média é de 63.33% (ver, p.26). A adoção desses serviços nas áreas urbanas mostra o sucesso das campanhas de digitalização promovidas pelo governo e pelas instituições financeiras, em linha com as políticas de inclusão financeira. No entanto, o uso mais limitado nas áreas rurais evidencia a persistência de obstáculos, como a falta de cobertura de rede e o baixo nível de alfabetização digital, conforme previsto na hipótese H3. Isso sugere que, para que essas soluções sejam mais inclusivas, é necessário aumentar os investimentos em infraestrutura digital e expandir os programas de educação financeira.
- 3. Acesso ao Crédito por Pequenas e Médias Empresas (PMEs):** Os dados revelam que as PMEs em áreas urbanas tiveram maior acesso ao crédito durante o período de análise, com uma média de 41.67% das empresas urbanas obtendo financiamento formal, enquanto nas áreas rurais a média foi de apenas 19.33% (ver, p.30). Essa disparidade

confirma a hipótese H2, que sugeria um impacto desigual das políticas de inclusão financeira entre as regiões urbanas e rurais. Embora tenha havido melhorias no acesso ao crédito nas áreas urbanas, as PMEs rurais continuam a enfrentar desafios significativos, como a falta de garantias e o difícil acesso a instituições financeiras formais. Estes resultados reforçam a necessidade de políticas de crédito mais adaptadas às realidades das PMEs rurais, de forma a reduzir as disparidades regionais.

- 4. Expansão de Agentes Bancários:** Embora a expansão da rede de agentes bancários tenha sido destacada como uma estratégia-chave para inclusão financeira, os resultados indicam que a distribuição desses agentes ainda é desigual. Em 2023, por exemplo, a densidade de agentes bancários em áreas urbanas foi de 1,811 por 10.000 km², comparada a apenas 4,5 por 10,000 km² em zonas rurais (ver, p.24). Este desequilíbrio reforça a necessidade de políticas mais inclusivas que incentivem a atuação de agentes bancários em regiões remotas, onde o acesso a instituições financeiras formais continua limitado.
- 5. Educação Financeira e Adoção de Tecnologia:** A adesão a programas de educação financeira digital apresentou médias de 40% nas áreas urbanas e apenas 15% nas rurais entre 2021 e 2023 (ver, p.31). Este resultado aponta para um desafio contínuo relacionado à alfabetização financeira, especialmente em áreas rurais, onde o acesso à educação e à informação é mais limitado. A baixa adesão nas áreas rurais pode ser atribuída a dificuldades de comunicação e infraestrutura, o que limita o alcance das iniciativas de educação financeira. Este fator é essencial para garantir que a população tenha as ferramentas necessárias para utilizar os serviços financeiros digitais de forma eficiente e segura. Investimentos contínuos em educação financeira, especialmente em formatos acessíveis para as áreas rurais, são fundamentais para melhorar a adoção dessas tecnologias.

De maneira geral, os dados indicam que, embora tenha havido um progresso considerável em alguns aspectos, ainda existem disparidades significativas entre as áreas urbanas e rurais, assim como desafios específicos relacionados à adoção de tecnologias digitais e ao acesso ao crédito.

CAPITULO V: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1. Conclusões

O estudo sobre a eficácia das políticas de inclusão financeira em Moçambique no período pós-COVID revelou avanços importantes, mas também identificou desafios substanciais que ainda precisam ser superados para que a inclusão financeira seja verdadeiramente equitativa. As conclusões principais são as seguintes:

- **Desigualdade entre áreas urbanas e rurais:** As políticas de inclusão financeira foram mais eficazes nas áreas urbanas, onde a infraestrutura bancária e tecnológica é mais robusta. O crescimento no número de contas bancárias, no uso de serviços financeiros digitais, na expansão de agentes e no acesso ao crédito foi significativamente maior nas cidades do que nas áreas rurais, confirmando que as políticas implementadas até o momento têm impactos desiguais entre as regiões.
- **Impacto limitado nas áreas rurais:** Nas regiões rurais, o crescimento da inclusão financeira foi freado por fatores estruturais, como a falta de infraestrutura, o acesso limitado às tecnologias digitais, além da baixa alfabetização financeira. Apesar de iniciativas como a expansão da rede de agentes bancários, as barreiras persistem, dificultando o acesso aos serviços financeiros formais nessas regiões.
- **Adoção de tecnologias digitais:** As tecnologias digitais, como M-Pesa, e-Mola e Mkesh, desempenharam um papel essencial na inclusão financeira, especialmente durante a pandemia. No entanto, sua adoção foi mais lenta nas áreas rurais devido à falta de infraestrutura adequada e à desconfiança das populações em relação a essas tecnologias. Programas de educação financeira têm sido implementados, mas ainda são insuficientes para alcançar populações mais remotas.
- **Acesso ao crédito por PMEs:** Embora as PMEs urbanas tenham se beneficiado das políticas de flexibilização de crédito, as PMEs rurais ainda enfrentam grandes dificuldades para acessar financiamento formal. A falta de garantias e a baixa penetração de instituições financeiras em áreas rurais são os principais fatores que contribuem para essa exclusão.

De maneira geral, os resultados obtidos neste estudo mostram que, apesar de avanços significativos, a inclusão financeira em Moçambique ainda enfrenta desafios substanciais, especialmente nas áreas rurais e entre as populações mais vulneráveis. As políticas implementadas no período pós-COVID foram eficazes em expandir o acesso aos serviços financeiros em regiões urbanas e em promover o uso de tecnologias digitais. No entanto, a exclusão financeira nas zonas rurais e a desigualdade de género permanecem obstáculos importantes para o desenvolvimento de uma inclusão financeira mais abrangente e equitativa.

5.2. Recomendações

Com base nos resultados obtidos e nas conclusões deste estudo, são apresentadas as seguintes recomendações para aprimorar a eficácia das políticas de inclusão financeira em Moçambique:

1. **Fortalecimento da infraestrutura em áreas rurais:** Para reduzir a disparidade entre áreas urbanas e rurais, é essencial que o governo e as instituições financeiras invistam em melhorar a infraestrutura tecnológica e de comunicação nas regiões mais remotas. Isso implica expandir a cobertura de redes móveis e internet nas regiões remotas, priorizando localidades com baixo acesso a serviços financeiros, estimular parcerias público-privadas para reduzir custos de implementação e ampliar a conectividade.
2. **Expansão da rede de agentes bancários:** A expansão da rede de agentes bancários em áreas rurais mostrou-se ineficaz, pois ainda há uma concentração excessiva desses agentes nas áreas urbanas. Recomenda-se ampliar essa rede de forma mais equitativa, proporcionando incentivos financeiros (como subsídios ou isenção de imposto) para que mais agentes operem em regiões remotas, oferecendo serviços bancários de qualidade e suporte financeiro às populações mais excluídas, estabelecer metas regionais de cobertura mínima para garantir maior proximidade dos serviços financeiros nas regiões remotas.
3. **Educação financeira adaptada às realidades locais:** A adoção de serviços financeiros digitais e o uso eficiente de produtos financeiros dependem diretamente da educação financeira. É fundamental desenvolver programas de educação financeira adaptados às realidades das populações rurais, utilizando mídias acessíveis como rádios comunitárias e agentes locais de treinamento, para garantir que a população tenha o conhecimento necessário para usar esses serviços com confiança.
4. **Desenvolvimento de produtos financeiros inclusivos:** As PMEs rurais continuam a ser excluídas dos sistemas de crédito formais devido à falta de produtos financeiros adaptados às suas necessidades. Recomenda-se que os bancos e as instituições financeiras desenvolvam linhas de crédito e produtos financeiros específicos para pequenas empresas em áreas rurais, com exigências de garantias mais flexíveis e taxas de juros acessíveis, desenvolver produtos financeiros baseados em modelos de garantias alternativas, como cadeias produtivas agrícolas.

5. **Facilitar o Acesso aos Serviços Digitais:** Implementando subsídios para a aquisição de dispositivos móveis nas áreas rurais, facilitando o uso de plataformas financeiras digitais. Neste âmbito, há também uma necessidade de se fortalecer os sistemas de segurança cibernética para aumentar a confiança dos usuários nas transações digitais.
6. **Monitoramento contínuo e ajuste das políticas de inclusão financeira:** Finalmente, é importante que as políticas de inclusão financeira sejam continuamente monitoradas e ajustadas com base em resultados empíricos. Relatórios periódicos sobre a eficácia dessas políticas devem ser produzidos, com foco nas áreas rurais e nas populações vulneráveis, para garantir que as iniciativas futuras sejam mais direcionadas e eficazes.

De maneira geral, os resultados desta pesquisa apontam para a necessidade de estratégias mais direcionadas e equitativas para reduzir as desigualdades regionais. Políticas que priorizem a expansão da infraestrutura bancária, o fortalecimento da educação financeira e o desenvolvimento de produtos financeiros inclusivos são essenciais para alcançar uma inclusão financeira mais abrangente e sustentável em Moçambique. É fundamental que as políticas públicas continuem evoluindo, com foco em reduzir as disparidades regionais e promover o acesso igualitário a serviços financeiros de qualidade. Somente assim será possível garantir que os benefícios da inclusão financeira cheguem a todas as camadas da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento económico sustentável e a redução da pobreza no país.

VI. BIBLIOGRAFIA

1. Cervo, A; Bervian, P; Da Silva, R. *Metodologia Científica*. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.
2. Banco Mundial. *Relatório sobre Inclusão Financeira e Tecnologias Digitais*. Washington, DC: Banco Mundial, 2021.
3. Demirgüç-Kunt, A; Klapper, L; Singer, D; Van Oudheusden, P. *The Global Findex Database 2017: Measuring Financial Inclusion and the Fintech Revolution*. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2017.
4. Banco De Moçambique. *Relatório Anual 2020*. Maputo: Banco de Moçambique, 2020.
5. GSMA. *The Mobile Economy 2019*. Londres: GSMA, 2019.
6. BECK, Thorsten. *Financial Inclusion: A Key to Economic Growth*. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2015.
7. Allen, F; Chan, S; Qian, J; Wang, X. *Fintech and Financial Inclusion*. Journal of Financial Economics, v. 120, n. 2, 2016.
8. Demirgüç-Kunt, A., Pedraza, A., & Ruiz-Ortega, C. *Banking Sector Performance During the COVID-19 Crisis*. World Bank Policy Research Working Paper, 2020.
9. República De Moçambique. *Estratégia Nacional de Inclusão Financeira: Relatório de Progresso 2021*. Maputo: Governo de Moçambique, 2021.
10. Molina, D., & Martins, J. P. *Inclusão Financeira e Pobreza em Moçambique: Desafios e Perspectivas*. Revista Lusófona de Economia e Gestão, 2021.
11. Banco De Moçambique. *Relatório Anual 2021*. Maputo: Banco de Moçambique, 2021.
12. República de Moçambique. *Relatório de Atividades 2021*. Maputo: Banco de Moçambique, 2021.
13. Banco Mundial. *Impacto da COVID-19 na Inclusão Financeira em Países em Desenvolvimento*. Washington, DC: Banco Mundial, 2021.

14. PNUD. *Relatório sobre Remessas e Inclusão Financeira em Moçambique*. Maputo: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2022.
15. Faria, J., & Mualia, A. *Inclusão Financeira Digital em Moçambique: Desafios no Contexto da COVID-19*. Revista Moçambicana de Economia e Gestão, 2022.
16. Mabunda, E., & Kumbula, L. *Educação Financeira Digital em Moçambique: Desafios e Oportunidades no Período Pós-COVID*. Revista Moçambicana de Estudos Socioeconómicos, 2022.
17. UN Women. *Impacto da COVID-19 sobre as Mulheres em Moçambique: Perspectivas de Inclusão Financeira*. Maputo: UN Women, 2021.
18. Masha, P., & Francisco, R. *Acesso ao Crédito e Inclusão Financeira em Moçambique: Desafios e Perspectivas*. Maputo: Centro de Estudos Económicos e Financeiros, 2019.
19. Banco Mundial. *Relatório sobre o Estado da Inclusão Financeira em Moçambique*. Washington, DC: Banco Mundial, 2020.
20. Silva, J., & Mutemba, P. *Serviços Financeiros Digitais e Inclusão Financeira: O Caso de Moçambique*. Revista Moçambicana de Economia e Gestão, 2021.
21. Mualia, A. *Inclusão Financeira e Empoderamento Económico das Mulheres Rurais em Moçambique*. Maputo: Instituto de Estudos Socioeconómicos, 2020.
22. Martins, G. de A. *Estatística Geral e Aplicada*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2020.
23. Organização Internacional Do Trabalho (OIT). *Inclusão Financeira e Vulnerabilidade Económica em Moçambique*. Genebra: OIT, 2019.
24. Hughes, N., & Lonie, S. *Pagamentos Móveis e a Inclusão Financeira na África Subsaariana*. Nairobi: Consultative Group to Assist the Poor (CGAP), 2020.
25. Mbiti, I., & Weil, D. *Mobile Money and Economic Development in Africa*. Journal of Economic Perspectives, 2019.
26. Banco Mundial. *Relatório sobre Pequenas e Médias Empresas em Moçambique*. Washington, DC: Banco Mundial, 2023.

27. Hlabisa, T., & Joaquim, V. *O Papel das Fintechs na Inclusão Financeira em Moçambique*. Revista de Economia e Finanças de Moçambique, 2021.
28. PWC. *Fintechs e o Futuro da Banca em Moçambique*. Maputo: PricewaterhouseCoopers, 2020.
29. Banco Mundial. *Relatório sobre o Estado da Inclusão Financeira em Moçambique*. Washington, DC: Banco Mundial, 2023.
30. FAO. *Educação Financeira e Tecnologias Digitais em Moçambique*. Maputo: FAO, 2020.
31. Muanamoha, R., & Bique, A. *Educação Financeira Digital: Uma Ferramenta para a Inclusão Financeira em Moçambique*. Maputo: Instituto de Educação Financeira, 2021.
32. Banco Africano De Desenvolvimento (BAD). *Relatório sobre Fintechs e Inclusão Financeira em África*. Abidjan: BAD, 2022.
33. Marconi, M. de A., & Lakatos, E. M. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 8ª ed. Atlas, 2017.
34. Martins, G. de A. *Estatística Geral e Aplicada*. 4ª ed. Atlas, 2020.
35. Johnson, R. B., & Christensen, L. *Métodos de Pesquisa em Educação*. Artmed Editora. 2016.
36. Silva, M. T. *Estatística Aplicada à Pesquisa em Ciências Sociais*. Edições Sílabo, 2016.
37. Banco de Moçambique. *Relatório de Inclusão Financeira: II trimestre de 2024*. Maputo: Banco de Moçambique, 2024.

ANEXO

ANEXO A: INDICADORES ESTATÍSTICOS DE INCLUSÃO FINANCEIRA – II TRIMESTRE DE 2024

Tabela 2: Indicadores de Acesso Geográfico

Indicadores	2020	2021	2022	2023	2024Q2
Contas Bancárias (por 10,000 km2)	64,009	64,728	66,628	69,779	72,271
Contas bancárias com titular mulher (por 10.000 km2)	21,273	20,941	21,866	23,015	23,833
Contas bancárias com titular homem (por 10.000 km2)	40,719	41,258	42,559	44,517	45,764
Contas IME (por 10,000 km2)	135,528	143,415	149,154	210,131	220,854
Contas IME com titular mulher (por 10.000 km2)	52,759	56,374	62,239	96,558	101,081
Contas IME com titular homem (por 10.000 km2)	82,276	86,544	86,681	112,135	116,596
Cartões Bancários (por 10,000 km2)	39,958	41,380	38,148	41,338	44,365
Cartões bancários com titular mulher (por 10.000 km2)	13,475	13,598	12,752	14,818	15,718
Cartões bancários com titular homem (por 10.000 km2)	23,859	23,503	22,571	25,479	26,961
Cartões de débito (por 10,000 km2)	36,375	36,629	33,379	39,045	41,649
Cartões de crédito (por 10,000 km2)	1,553	1,453	1,470	1,203	1,372
Agências Bancárias (por 10,000 km2)	8.6	9.4	9.3	9.1	9.1
Urbano (por 10.000 km2)	1,272.6	1,379.8	1,385.4	1,334.3	1,331.5
Rural (por 10.000 km2)	2.9	3.3	3.2	3.2	3.3
Agentes Bancários (por 10,000 km2)	16.9	13.7	28.0	12.5	12.8
Urbano (por 10.000 km2)	2,748.3	2,271.4	4,373.6	1,811.0	1,850.5
Rural (por 10.000 km2)	4.7	3.7	8.7	4.5	4.6
Agentes das IME (por 10,000 km2)	870.0	1,184.6	1,845.4	2,811.0	3,154.2
Urbano (por 10.000 km2)	138,465.0	175,603.8	255,414.8	353,585.3	388,815.2
Rural (por 10.000 km2)	257.3	407.9	716.2	1,248.5	1,436.3
ATM (por 10.000 km2)	21.4	20.5	19.6	18.5	18.5
Urbano (por 10.000 km2)	3,383.2	3,205.4	3,033.3	2,823.7	2,829.3
Rural (por 10.000 km2)	6.4	6.3	6.2	6.0	6.0
POS (por 10.000 km2)	457.1	462.3	488.6	377.9	448.3
Urbano (por 10.000 km2)	71,484.2	77,116.3	83,487.6	71,145.3	84,033.9
Rural (por 10.000 km2)	140.8	121.0	119.0	62.7	76.0
Distritos cobertos por Agências Bancárias (Nº)	127	128	123	129	129
Distritos cobertos por Agências Bancárias (em proporção do total)	81.9%	82.6%	79.4%	83.2%	83.2%
*Projeção do PIB Anual de 2024					

Fonte: INE, BM, ISSM

Tabela 3: Indicadores de Acesso Demográfico

<i>Indicadores</i>	<i>2020</i>	<i>2021</i>	<i>2022</i>	<i>2023</i>	<i>2024Q2</i>
Contas bancárias (por 100 adultos)	31.0	30.4	30.6	30.9	30.9
Contas bancárias com titular mulher (por 100 adultos)	19.5	18.6	18.9	19.3	19.3
Contas bancárias com titular homem (por 100 adultos)	41.7	40.9	41.6	41.9	41.5
Contas IME (por 100 adultos)	65.6	67.2	68.5	93.2	94.5
Contas IME com titular mulher (por 100 adultos)	48.4	50.1	53.9	80.9	81.8
Contas IME com titular homem (por 100 adultos)	84.3	85.9	84.8	105.7	105.8
Cartões bancários (por 100 adultos)	19.3	19.4	17.5	18.3	19.0
Cartões bancários com titular mulher (por 100 adultos)	12.4	12.1	11.0	12.4	12.7
Cartões bancários com titular homem (por 100 adultos)	24.4	23.3	22.1	24.0	24.5
Cartões de débito (por 100 adultos)	17.6	17.2	15.3	17.3	17.8
Cartões de crédito (por 100 adultos)	0.8	0.7	0.7	0.5	0.6
Agências Bancárias (por 100 mil adultos)	4.1	4.4	4.3	4.1	3.9
Urbano (por 100 mil adultos)	7.4	7.7	7.5	7.0	8.0
Rural (por 100 mil adultos)	2.2	2.5	2.3	2.3	2.0
Agentes Bancários (por 100 mil adultos)	8.2	6.4	12.9	5.6	5.5
Urbano (por 100 mil adultos)	15.9	12.6	23.8	9.5	11.1
Rural (por 100 mil adultos)	3.6	2.8	6.4	3.2	2.9
Agentes de IME (por 100 mil adultos)	420.9	555.5	847.6	1246.3	1349.5
Urbano (por 100 mil adultos)	802.3	976.2	1390.8	1859.1	2330.7
Rural (por 100 mil adultos)	196.8	304.2	523.1	880.2	895.1
ATM (por 100 mil adultos)	10.3	9.6	9.0	8.2	7.9
Urbano (por 100 mil adultos)	19.6	17.8	16.5	14.8	17.0
Rural (por 100 mil adultos)	4.9	4.7	4.5	4.2	3.7
POS (por 100 mil adultos)	221.1	216.8	224.4	167.5	191.8
Urbano (por 100 mil adultos)	414.2	428.7	454.6	374.1	503.7
Rural (por 100 mil adultos)	107.7	90.2	86.9	44.2	47.4
*Projeção do PIB Anual de 2024					

Fonte: INE, BM, ISSM

Tabela 4: Indicadores de Uso

<i>Indicadores</i>	<i>2020</i>	<i>2021</i>	<i>2022</i>	<i>2023</i>	<i>2024Q2</i>
Credito / PIB (%) - Preços Correntes *	27.2%	23.4%	28.0%	20.2%	18.0%
Crédito (Milhões de MT) por 1.000 adultos **	16.6	14.2	16.6	15	14.8
Depósitos / PIB (%) - Preços Correntes *	54.2%	51.2%	53.0%	44.1%	41.3%
Depósitos (Milhões de MT) por 1.000 adultos **	33.0	31.0	31.5	33.5	33.9
Contas bancárias em % da População Adulta	31.0%	30.4%	30.6%	30.9%	30.9%
Contas bancárias com titulares mulheres em % da População Adulta feminina	19.5%	18.6%	18.9%	19.3%	19.3%
Contas bancárias com titulares homens em % da População Adulta masculina	41.7%	40.9%	41.6%	41.9%	41.5%
Contas bancárias população urbana em % da População Adulta urbana	56.9%	55.1%	54.9%	56.1%	69.1%
Contas bancárias população rural em % da População Adulta rural	15.7%	15.6%	16.1%	15.9%	13.3%
Contas IME em % da População Adulta	65.6%	67.2%	68.5%	93.2%	94.5%
Contas IME com titulares mulheres em % da População Adulta feminina	48.4%	50.1%	53.9%	80.9%	81.8%
Contas IME com titulares homens em % da População Adulta masculina	84.3%	85.9%	84.8%	105.7%	105.8%
Contas IME população urbana em % da População Adulta urbana	111.6%	108.2%	84.9%	102.2%	121.7%
Contas IME população rural em % da População Adulta rural	38.5%	42.8%	58.7%	87.8%	81.9%
Cartões em % da População Adulta	19%	19.4%	17.5%	18.3%	19.0%
Cartões com titulares mulheres em % da População Adulta feminina	12%	12.1%	11.0%	12.4%	12.7%
Cartões com titulares homens em % da População Adulta masculina	24%	23.3%	22.1%	24.0%	24.5%
Cartões população urbana em % da População Adulta urbana	37%	36.4%	31.4%	33.4%	42.7%
Cartões população rural em % da População Adulta rural	9%	9.3%	9.2%	9.4%	8.0%
*Projeção do PIB Anual de 2024					

Fonte: INE, BM, ISSM

Tabela 5: Dados Da Banca Electrónica

<i>Indicadores Gerais</i>	2020	2021	2022	2023	2024Q2
Nº de Contas Bancárias	5,116,741	5,293,240	5,553,457	5,687,975	5,885,095
Nº de Contas de Instituições de Moeda Electrónica (proxy nº de clientes)	10,833,801	11,495,233	11,975,063	16,797,499	17,680,575
Nº de Cartões Bancários	3,194,150	3,346,094	3,434,454	3,477,875	3,570,959
Agencias Bancárias	684	665	659	653	654
Distritos Cobertos por Agências Bancárias	127	128	123	129	145
ATM's	1,710	1,631	1,573	2,424	1,480
POS's	36,957	36,957	35,978	34,399	35,837
População Adulta (15+) urbana	6,064,724	6,374,914	5,487,636	6,802,335	6,802,335
População Adulta (15+) rural	10,227,900	10,672,920	10,928,452	11,227,480	11,227,480
Total de distritos	154	154	158	154	154
*Projecção do PIB Anual de 2024					

Fonte: INE, BM, ISSM

Tabela 6: Evolução de Contas Bancárias

<i>indicadores</i>	2020	2021	2022	2023	2024Q2
Contas bancárias população urbana em % da População Adulta urbana	56.9%	55.1%	54.9%	56.1%	69.1%
Contas bancárias população rural em % da População Adulta rural	15.7%	15.6%	16.1%	15.9%	13.3%
Contas bancárias População Adulta urbana	3449200.138	3509982	3011546.24	3818217.27	4697935.84
Contas bancárias População Adulta rural	1609848.64	1664240	1759667.5	1784007.73	1488266.73
Contas bancárias População de Nacionalidade Estrangeira	57,692	119,018	782,243	85,750	(301,108)
Nº Total de Contas Bancárias	5,116,741	5,293,240	5,553,457	5,687,975	5,885,095
*Projecção do PIB Anual de 2024					

Fonte: INE, BM, ISSM